

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios



DE SÃO PAULO

Ano 6 • Número 48 • R\$ 7,00

Inclusão Social

Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e UNESP de São José dos Campos lançam no Estado Programa de Formação em Odontologia.

Entrevista

Confira nesta edição entrevista com a presidente do Fundo Social de Solidariedade do estado de São Paulo, Lu Alckmin.



CONGRESSO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS

DE 24 A 26 DE OUTUBRO DE 2011
VITÓRIA HOTEL INDAIATUBA - SP

Energia Elétrica

Aneel prorroga prazo de transferência para os municípios dos ativos da iluminação pública.

Artigo: Mais uma Responsabilidade aos Municípios.

FIESP lança campanha: Energia a Preço Justo.

Artigo: Respeitar a Constituição e reduzir as tarifas.



Diário Oficial na internet. Economia para o município que publica, transparência para o cidadão que navega.

Recém-lançado pela APM, o **Diário Oficial dos Municípios do Estado de São Paulo** trará enorme economia para os municípios que poderão usufruir dos benefícios das publicações em meio eletrônico.

Além de ecologicamente correto, o **Diário** atende todas as exigências legais para a publicação dos atos oficiais. Os municípios paulistas poderão publicar eletronicamente seus avisos de licitações, extrato de contratos, termos de adjudicação e homologação, leis, decretos, portarias, relatórios de gestão fiscal, atas, dentre outros.

Municípios de outros estados que aderiram tiveram uma economia média de 80%.

O **Diário Oficial** será publicado diariamente na Internet, com acesso pelo site da APM. A qualquer instante, os gestores, técnicos, fornecedores ou qualquer cidadão interessado poderão imprimir quantas cópias julgarem necessárias, da edição atual ou das passadas.

Para utilizar o **Diário Oficial**, o município filiado à APM deve primeiramente solicitar a sua adesão pelo telefone (11) 2165-9999. Em seguida, será orientado sobre como aprovar o Projeto de Lei adotando o **Diário** como veículo oficial do Município. A APM então treinará os técnicos e gestores do Município para utilização do sistema. Faça hoje mesmo a sua adesão.

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar – São Paulo/SP – CEP 01222-000
Fone/fax: (11) 2165-9999 – www.apaulista.org.br – diariooficial@apaulista.org.br

www.diariomunicipal.com.br/apm





Associação Paulista de Municípios

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01222-000
Fone/Fax:(0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA APM GESTÃO 2009 - 2012

Presidente da APM

Marcos Monti

Prefeito de São Manuel (1993 a 1996)

1º Vice-Presidente

José Luiz Rodrigues

Prefeito de Aparecida (2001 a 2008)

2º Vice-Presidente

José Mauro Dedemo Orlandini

Prefeito de Bertioga (1993 a 1996 e 2009 a 2012)

3º Vice-Presidente

Herculano Castilho Passos Júnior

Prefeito de Itu (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

4º Vice-Presidente

Diego Denadai

Prefeito de Americana (2009 a 2012)

Secretário Geral

Aquevárquio Antonio Nholla

Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993 a 1996 e 1983 a 1992)

1º Secretário

Antônio Cesar Simão

Prefeito de Itapuí (1993 a 1996)

2º Secretário

Sebastião Misíara

Vereador de Barretos (1972 a 1996)

3º Secretário

Jamil Akio Ono

Prefeito de Andradina (2009 a 2012)

Tesoureiro Geral

Carlos Alberto Cruz Filho

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 a 2000 e 1983 a 1988)

1ª Tesoureira

Marisa de Souza Pinto Fontana

Prefeita de Socorro (2009 a 2012)

2º Tesoureira

José Ademir Infante Gutierrez

Prefeito de Teodoro Sampaio (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

3º Tesoureiro

Antonio Carlos de Faria

Prefeito de Caconde (2005 a 2008 e 2009 a 2010)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Antonio Francelino

Prefeito de Álvaro de Carvalho (1989 a 1992 / 1997 a 2000 e 2001 a 2004)

Modesto Salvietto Filho

Vereador de Brotas (2001 a 2004 e 2009 a 2012)

Newton Rodrigues Freire

Prefeito de Gáia (1989 a 1992)

CONSELHO FISCAL

Francisco Leoni Neto

Prefeito de Bariri (2001 a 2004 e 2005 a 2008)

José Francisco da Rocha Oliveira

Prefeito de Pardinho (1983 a 1988 / 1993 a 1996 / 2005 a 2008 e 2009 a 2012)

Maria Antonieta de Brito

Prefeita de Guarujá (2009 a 2012)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Mariâlene Mariottini

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)

Vice-Presidente

Roque Joner

Prefeito de Pratânia (1997 a 2004)

Secretário

Gianpaulo Baptista

Vereador de Porto Feliz (1988 a 1990)

Editorial



A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS

Estamos vivenciando o avanço da tecnologia da informação em nosso mundo. Basta paramos para pensar um pouco e fazermos uma reflexão de como é rápido o aparecimento de novas tecnologias a cada segundo.

Se voltarmos a um passado recente, algo em torno de 20 anos atrás, não tínhamos disponíveis para consumo da população: TV de LCD, telefones celulares, internet, facebook, twitter, compras eletrônicas, geo-processamento, dentre outras tecnologias. Nos dias de hoje isso tudo é muito comum, principalmente para os mais jovens.

Partindo desde pressuposto podemos afirmar que, para uma gestão eficiente em nossos municípios, teremos que utilizar todas as ferramentas de tecnologia da informação para obtermos sucesso nas administrações municipais.

Visando cumprir com nosso papel de defender e orientar nossos municípios para as boas práticas é que, desde o ano 2000, realizamos o Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios – CBTIM, que neste ano chega a sua 12ª edição.

Diversos municípios que participaram deste congresso puderam implementar em suas administrações muitas das tecnologias por nós apresentadas e podemos afirmar que todos sentiram os resultados positivos e os benefícios que a tecnologia da informação podem proporcionar.

Todos os prefeitos municipais percebem

hoje a importância da TI no seu dia a dia. Podemos aqui afirmar que cada vez mais os recursos tecnológicos serão necessários para as administrações municipais.

Nos dias de hoje, o TCE exige que os relatórios sejam encaminhados por via eletrônica; os convênios com o Governo Federal necessitam de cadastro eletrônico; a partir de 2013 os municípios brasileiros terão que ter execução orçamentária online, ou seja, é um caminho sem volta.

Quando, há 12 anos, a APM resolveu investir nesse congresso para orientar os nossos municípios, sabíamos que esse avanço tecnológico estaria próximo, porém não era possível prever sua velocidade. Hoje, sabemos que é muito mais rápido do que imaginávamos.

O importante é sabermos que essas tecnologias estão muito mais baratas e acessíveis do que há 12 anos. Temos linhas de financiamento para a aquisição de hardware e software, possibilitando aos prefeitos melhorarem suas gestões e cumprirem com a legislação vigente.

Portanto, esperamos que nossos gestores participem deste 12º CBTIM, para estarem atualizados das novas tecnologias e responsabilidades e, com isso, melhorarem suas gestões.

Saudações municipalistas,

Marcos Monti
Presidente da APM

Sumário

05 Entrevista: Lu Alckmin

09 CBTIM (Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios)

12 Regulamentação da Emenda 29

13 Resolução da ANEEL

14 Artigo: Mais uma Responsabilidade para os Municípios

16 Artigo: Respeitar a Constituição e Reduzir Tarifas

18 Campanha FIESP

19 Procon

20 Inclusão Social

22 Marketing de Cidades

24 Ações de Destaque Projeto de Desenvolvimento Sustentável em Pardinho



28 Conselhos

30 Artigo Jurídico

32 IBGE



34 IPT

36 TCE

38 Artigo Jurídico

39 Página da História

40 APM Responde

42 Entidade

44 Legislativo

46 Municípios Aniversariantes

48 Cultura

49 Frente de combate às drogas

51 Atividades da APM



62 Casos e Causos

EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Marcos Monti
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla
Antônio Cesar Simão



REDAÇÃO

EDITORA-CHEFE
Daniela Bertoldo
imprensa@apaulista.org.br

EDIÇÃO DE ARTE
Núbia Barros
nubia@apaulista.org.br

Michelle Sendas
criacao@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

CEAME
Tel.: (11) 3063-5775 / 3083-7265

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados
Fone/Fax: (11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
imprensa@apaulista.org.br

Setembro/ Outubro - 2011

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios



Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo

Por: Daniela Bertoldo

Mais de 39 milhões de peças arrecadadas na Campanha do Agasalho, mais de 9 mil unidades da Padaria Artesanal e 20 mil multiplicadores que qualificaram 360 mil pessoas a aprenderem a arte dos pães, 11 mil pontos do Projeto Casa de Brinquedos, voltado à educação e socialidade das crianças. Esses são alguns dos importantes projetos – com excelentes frutos - do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP).

Priorizando a capacitação e geração de renda, a primeira dama do estado de São Paulo, Lu Alckmin, desenvolve um brilhante trabalho à frente do FUSSESP,

oferecendo oportunidades e melhores condições de vida à população carente.

Para saber mais sobre esses projetos e ações, a MUSP traz nesta edição uma entrevista com a primeira dama, abrindo uma série de reportagens sobre os Fundos Sociais de Solidariedade dos municípios paulistas.

Entre uma agenda e outra durante suas viagens ao interior de São Paulo, Lu Alckmin respondeu às perguntas da MUSP, detalhando os projetos, as parcerias, as reuniões com as primeiras damas para troca de experiências, dentre outros temas. Confira:

O FUSSESP começou com a

proposta de prestar assistência aos necessitados. Hoje, vai muito mais além, com capacitação profissional e geração de emprego e renda. Fale um pouco sobre esta transformação e em que esses trabalhos contribuem com a formação do cidadão, responsabilidade social e resgate da cidadania.

Acredito que o Fundo Social acompanhou a evolução da sociedade e se moldou conforme as necessidades da população. Continuamos doando alimentos e roupas porque, infelizmente, ainda temos uma parcela da população muito caren-

Entrevista

te e que depende disso para sobreviver.

Por outro lado, começamos a conscientizar que mais importante que dar o peixe é ensinar a pescar. E de que forma faríamos isso? Oferecendo oportunidades. E o caminho mais rápido e que gera resultados imediatos para isso é a capacitação profissional.

O Fundo Social tem importantes projetos, como a Campanha do Agasalho e a Padaria Artesanal. Como funcionam estes projetos? Quem é beneficiado e quais os frutos destas iniciativas?

A Campanha do Agasalho já se tornou uma tradição, uma mobilização da sociedade. Diferente das edições passadas, este ano concentrarmos toda a divulgação na conscientização. Muito mais importante do que a quantidade é a qualidade, por isso o slogan: "Roupa boa, a gente doa". E por que mudamos o foco? Porque recebíamos milhões de peças sem botão, rasgadas e sujas. Além de dar muito trabalho na triagem, esse material tinha que ir para leilão como estopa.

Convidei a apresentadora Hebe Camargo, que eu adoro!, que no mesmo instante se prontificou a nos ajudar levando nossa mensagem em filmes e peças publicitárias.

Durante intensos dois meses participei de dezenas de eventos e conseguimos mais de 700 parceiros para nos auxiliar. Recebe-



Padarias Artesanais

mos milhões de peças novas, com etiqueta e muitas semi-novas, mas lavadas, passadas, cheiroosas. Muito mais que aquecer, pudemos oferecer dignidade à população carente.

Todas as doações foram encaminhadas para 2,5 mil entidades da capital cadastradas no Fundo Social, além, é claro, dos fundos municipais do Estado.

Para o próximo ano, vamos continuar com o mesmo foco da qualidade das peças. Inclusive, começaremos a campanha no dia 01 de março, ainda no verão. Assim, a distribuição terá início nos primeiros dias do inverno.

A Padaria Artesanal é o projeto de capacitação no Fundo Social que deu origem a

todos os outros. A ideia surgiu em 2001. Andando pela periferia de São Paulo, me reuni com mulheres muito carentes. Conversando percebi que elas não prestavam atenção no que eu dizia. Então, perguntei o que poderia fazer para ajudá-las. Elas me responderam: dona Lu, nós ainda não comemos (isso já era tarde). Queremos comer pães. Eu saí de lá desolada e pensando como poderia ajudá-las. Então, junto com a minha equipe, resolvemos um projeto bem simples e de resultados imediatos: a Padaria Artesanal.

O curso de capacitação tem duração de um dia. No período da manhã são ensinadas noções de ética, cidadania, de higiene e dez receitas de pães. No período da tarde os alunos colocam as mãos na massa. Os pães têm alto valor nutritivo e comercial. São pães de cenoura, de ervas, integral, de maçã ... As pessoas saem capacitadas para trabalhar numa padaria ou produzir e vender seus pães na comunidade em que moram. Isso dá dignidade, melhora a auto-estima e aumenta a renda familiar. Grande parte dessas pessoas que passam por capacitação representa entidades assistenciais e fundos municipais. Após o curso, nós doamos o kit Padaria.

De 2001 até o momento, já entregamos mais de nove mil kits Padarias Artesanais e capacitamos mais de 20 mil multiplicadores. O projeto foi levado para 17 estados do país e dois países: Angola e Paraguai. ►



Dona Lu, governador Geraldo Alckmin e Hebe Camargo, no lançamento da Campanha do Agasalho



Com representantes de entidades assistenciais

Outros projetos de destaque são: Escola de Moda e Escola de Imagem Pessoal. De que maneira eles ajudam a transformar a vida das pessoas que participam?

Com o sucesso da Padaria Artesanal, resolvemos investir em outras áreas que sobram vagas e faltam profissionais capacitados. Sem contar que são áreas que as pessoas conseguem ter um aumento de renda sem sair de suas casas.

A Escola de Moda, inaugurada em abril, surgiu após minhas andanças pela periferia. Muitas mulheres, acima de 40 anos, me paravam e diziam que pela idade – e falta de oportunidade de estudos – não conseguiam mais emprego. Por outro lado, conversando com estilistas e empresários do ramo da Moda ouvi que sobravam vagas no setor. Pensei: por que não ensinar técnicas de costura e bordado, num curto espaço de tempo, seguindo as tendências de mercado? Os cursos são gratuitos e destinados às pessoas com mais de 18 anos, não sendo necessária escolaridade mínima. Todos os alunos recebem uniforme, material didático, alimentação e auxílio transporte. Os que estão desempregados recebem uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 210,00.

A procura é tanta que não há mais vagas para o curso este ano na capital. Por isso, vamos expandir o projeto para 28 cidades do interior e implantar outros 30 pólos em entidades assistenciais de São

Paulo. Chegamos a formar duas turmas na Escola de Moda. Me emociono a cada história que eu ouço. Vou contar uma delas. Teve uma senhora, bem carente, que fez o curso de costura. Com o dinheiro da bolsa-auxílio que recebeu, comprou uma máquina de costura, produziu e vendeu as peças, e conseguiu comprar a dentadura. Ela aprendeu a gerar renda e a investir!

Já a Escola de Imagem Pessoal acabamos de lançar durante a Beauty Fair. As aulas terão início no dia 18 de outubro, com três cursos: Maquiador, Depilador e Design de Sobrancelhas e Manicure e Pedicure. São quatro horas de aula, de segunda à sexta, durante o período de dois meses. Os alunos também ganham material didático, uniforme, alimentação e auxílio transporte. Os que estão desempregados (e não possuem benefício governamental) recebem uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 210,00 durante o curso. Esse projeto é uma parceria com a Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho e conta com o apoio do Grupo Ikezaki, que doará todos os equipamentos que serão usados nos cursos.

O FUSSESP busca sempre realizar parcerias com diversos órgãos do Governo ou instituições públicas e privadas para promover importantes ações. Como isso funciona? Quais as áreas de maior atuação?

Ninguém faz nada sozinho. O nosso trabalho no Fundo Social só atinge o objetivo porque temos parceiros nos mais diversos programas. Só para se ter uma ideia, os mais de 9 mil kits de Padarias Artesanais que doamos aos fundos municipais, as entidades assistenciais e escolas foram comprados por parceiros. O Governo do Estado não gastou um centavo com isso.

Rotineiramente recebemos visitas de empresários que querem nos auxiliar nos projetos sociais. Sempre procuramos pessoas que sejam ligadas à área de atuação dos projetos, como a Ikezaki, que é do ramo da beleza, e nos doará todos os equipamentos para a Escola de Imagem Pessoal.

Agenda bastante atribulada e presença garantida nos lançamentos e eventos ligados aos projetos. Como é o dia-a-dia da presidente do Fundo Social de Solidariedade?

Muito corrido, mas extremamente prazeroso. Acordo às 6h30 e não tenho hora pra dormir. Ao longo do dia me divido entre reuniões com a equipe, audiências, visitas aos projetos, entrevistas e eventos. Gosto de acompanhar cada detalhe de perto.

As primeiras-damas, que antes eram vistas apenas como “esposa do prefeito”, têm hoje papel ativo no desenvolvimento de políticas governamentais. A senhora acredita que a ampliação de projetos dos Fundos deu oportu-



Projeto Casa de Brinquedos

Entrevista



Encontro com as primeiras-damas da região de Bauru

nidade para elas mostrarem mais o trabalho e a que vieram, tendo notoriedade e maior visibilidade?

Acredito que sim. Também não podemos deixar de ressaltar que as mulheres estão conquistando diariamente mais espaço. Aquela figura de primeira-dama, figurativa, é coisa do passado. Viajo e converso com centenas delas. Todas envolvidas, dedicadas aos problemas do município, procurando melhorar as condições de vida da população mais carente.

A senhora é muito presente e atuante junto às primeiras-damas. Como se dão esses encontros?

Desde o início de abril estou realizando encontros com pequenos grupos, de 20 a 30 primeiras-damas, divididas por região, no Palácio dos Bandeirantes. O último encontro está marcado para novembro.

Essa foi uma forma que encontrei de conversar individualmente com cada uma. Praticamente passamos a tarde juntas. Apresento os principais projetos que estamos desenvolvendo no Fundo Social e depois trocamos experiências. Cada uma delas conta como está o fundo municipal que coordena e relata quais são as principais necessidades. Assim conseguimos mapear e ser mais eficazes nas parcerias.

O FUSSESP presta auxílio aos fundos sociais do interior e desenvolve trabalhos em parceria? De que forma?

Sim. O Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo firma convênios com os municípios para o desenvolvimento de projetos de geração de renda, implantação da praça do Idoso e agora para o Pólo de Moda. São repasses em dinheiro que variam de valor conforme o projeto.

Também dividimos as doações de roupas, equipamentos, alimentos que recebemos e encaminhamos aos fundos municipais.

Outra novidade e que tem dado muito certo é o apoio técnico que estamos oferecendo aos municípios. Desde o início do ano, assistentes sociais estão espalhadas por todo o Estado esclarecendo dúvidas sobre elaboração de projetos, aquisição de equipamentos, elaboração de convênios. Essa é uma forma de me fazer presente em todas as cidades.

Converse com a dona Lu pelo twitter: @lualckmin_

Perfil institucional: @fundosocialsp

Site oficial: www.fundosocialsp.gov.br



Caminhada Pense Rosa, em Campos do Jordão

Quais os projetos implantados no interior por meio do FUSSESP?

Na gestão anterior, implantamos a Padaria Artesanal em todos os municípios. Levamos ainda o projeto da Casa de Brinquedo. Nessa gestão, continuaremos a expandir as Padarias e implantaremos a Escola de Moda. Nossa intenção é fazer de São Paulo o maior pólo de capacitação profissional na área de costura. Temos ainda os Jogos Regionais do Idoso. Fomos de sete etapas para dez (contando a final estadual) e pretendemos ampliar para quatorze regiões já no ano que vem.

Em breve, implantaremos um projeto chamado Horta Educativa que também será desenvolvido em parceria com os fundos municipais.

Para finalizar, que mensagem a senhora deixa às presidentes dos fundos sociais e aos municípios do Estado de São Paulo?

As primeiras-damas e presidentes de fundos municipais são imprescindíveis. É por meio delas que eu consigo me fazer presente e saber das necessidades de cada um dos 645 municípios. Quero dizer que estaremos juntas por muitas, muitas vezes, ao longo dos próximos anos. O Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo está de portas abertas! E eu estou sempre à disposição de cada uma de vocês. □



CONGRESSO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS

**DE 24 A 26 DE OUTUBRO DE 2011
VITÓRIA HOTEL INDAIATUBA - SP**

Promovido pela APM, evento tem por objetivo apresentar soluções e novas ferramentas de TI para os municípios

Por: Daniela Bertoldo

"A TI é fundamental como uma ferramenta para melhoria da Gestão Pública em diversos aspectos, aumentando a produtividade do gestor público e permitindo maior rapidez nos processos", afirmou o secretário de Estado de Gestão Pública, Julio Semeghini, ao destacar a importância da Tecnologia da Informação para os municípios.

Segundo ele, a TI possibilita melhora na prestação de serviços ao cidadão, sem contar com a transparência à medida que as informações de governo sejam publicadas na Internet e disponíveis para toda a sociedade.

Os próprios municípios estão percebendo a necessidade e a importância da presença da Internet, o que pode ser comprovado pela quantidade de Prefeituras que possuem homepage para divulgar seus trabalhos.

Dos 645 municípios paulistas, apenas 39 não possuem websites oficiais. Dos que possuem, somente oito não utilizam

a extensão sp.gov.br. Das 645 câmaras municipais, 74% possuem sites na Internet, segundo dados do Informativo 2011 do CEPAM - Fundação Prefeito Faria Lima.

Com o intuito de apresentar soluções e novas ferramentas de TI para a modernização e aperfeiçoamento da administração pública municipal, a APM – Associação Paulista de Municípios – irá promover o 12º CBTIM (Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios), entre os dias 24 e 26 de outubro, no Hotel Vitoria, em Indaiatuba.

De acordo com o presidente da APM, Marcos Monti, o objetivo deste Congresso é orientar os municípios para uma administração transparente, eficaz, ágil e econômica.

Durante três dias, os gestores públicos, técnicos de TI das prefeituras e demais interessados irão acompanhar importantes palestras e conferir as inova-

ções tecnológicas existentes no mercado.

No ano passado, o evento foi realizado na cidade de Itu com um público expressivo, marcando a primeira edição do Congresso no interior.

Para o secretário estadual de Gestão Pública, o Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação tem prestado um serviço relevante aos municípios brasileiros. "O CBTIM permite que os prefeitos e os gestores de TI de seus diversos órgãos possam conhecer as inovações e os casos de sucesso na melhoria da gestão pública e prestação de serviços ao cidadão com o uso de TI".

Semeghini afirma que, desta maneira, os gestores podem aplicar o conhecimento com os devidos ajustes em seu município, beneficiando a sociedade local. "Para nós, que percorremos continuamente os municípios de São Paulo, a evolução dos municípios com o uso de ►

TI nestes 12 anos foi muito grande e com certeza o Congresso teve um papel importante de divulgação e conscientização".

Programação

A sessão solene de abertura do 12º CBTIM será presidida por Marcos Monti no dia 24, às 19 horas. O credenciamento começa a partir das 14 horas.

Dentre os temas que serão abordados na terça-feira, dia 25, destacam-se: Controle de acesso à Internet por servidores, Integração de sistemas para as Prefeituras Municipais e financiamentos para as Prefeituras Municipais (PMAT).

No dia 26, o público poderá conferir palestras sobre Governo Eletrônico: LC 131/2009 e Compras Eletrônicas, Diário Oficial Eletrônico e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (com

palestras sobre Projeto Audesp e novos procedimentos de TI). O encerramento será às 17h30, com sorteio de brindes.

Projetos como o de execução orçamentária online e compras eletrônicas proporcionam agilidade e economia aos municípios. "À medida que os municípios utilizam amplamente o Governo Eletrônico e executam compras através de meios eletrônicos, aumentam as oportunidades de melhoria, redução de custos, agilidade e transparência. Assim todos são beneficiados, principalmente o cidadão", ressalta o secretário de Gestão Pública.

Quanto à importância da integração de sistemas para as Prefeituras Municipais, Semeghini afirma que para as Prefeituras que fizeram sua lição de casa, aplicando corretamente a TI na melhoria de seus processos, os benefícios já puderam ser percebidos pe-



los cidadãos. "Como a sociedade fica cada vez mais exigente, principalmente agora que a Internet a mantém totalmente conectada, os governos, municipais, estaduais e federal precisam também aumentar a sua integração para que os serviços ao cidadão possam ser feitos de forma mais simples e eficiente. Para que isso possa ser alcançado, a melhor forma é por meio da integração dos seus sistemas, daí a sua importância". □

Governo de São Paulo apresenta novidades de TI para os municípios

O Governo de São Paulo vem desenvolvendo projetos que têm como principal característica a utilização da comunicação móvel visando aproximar o governo e o cidadão.

Uma das evoluções tecnológicas elencadas pelo secretário de Gestão Pública, Julio Semeghini, é instalação de rede sem fio nos postos do Acessa São Paulo. "Com isso, as pessoas que possuem dispositivos móveis, como os smartphones, que a cada dia estão ficando mais populares, poderão acessar a Internet no entorno do posto. Até o primeiro trimestre de 2012 instalaremos a rede sem fio em 100 postos".

Outra novidade é o Poupatempo Segunda Geração, que pressupõe a atualização tecnológica e de procedimento no atendimento ao cidadão e emissão de seu documento, ampliando a possibilidade de atendimento virtual. "Isto permitirá que os cidadãos de todos os municípios paulistas tenham um maior número de serviços disponíveis pela Internet, propiciando



maior comodidade, agilidade e eficiência, e, consequentemente, diminuindo o tempo de permanência ou a necessidade da pre-

sença do cidadão no posto Poupatempo".

Neste sentido, o secretário informa que as primeiras frentes de trabalho são dois projetos piloto a serem implantados até o final de 2012: o Balcão Multiserviços e a Atualização do processo de emissão da Carteira de Identidade, serviço mais procurado nos Postos do Programa.

A Polícia Militar também está equipando suas viaturas com Terminais móveis de dados para acesso às bases de dados da polícia, com a implantação da sua rede de comunicação de dados. "Utilizando a tecnologia LTE será possível melhorar ainda mais sua eficiência, pois aumentará a área de cobertura e a velocidade de comunicação de dados, trazendo benefícios diretos à população".

Acessa São Paulo

O Acessa São Paulo atende, hoje, mais de 56 milhões de pessoas e prevê a conclusão da implantação de mais 52 postos até o final do ano. "Atualmente estamos ►

concluindo a aquisição dos últimos equipamentos e mobiliários para que eles possam ter sua instalação concluída. Além disso, este ano estamos modernizando 330 postos com a substituição por novos computadores, sendo que até este mês já atualizamos 274 postos", anuncia o secretário de Gestão Pública.

A Secretaria está desenvolvendo um projeto de TI Verde, com o objetivo de tornar diversos postos do programa em um ponto de recebimento de lixo eletrônico. Desta forma, com a ajuda dos usuários do programa será feita uma ação de sustentabilidade, em parceria com empresas e organizações sociais. "O lixo eletrônico terá um reuso e descarte adequado preservando o meio ambiente".

Poupatempo

Em 2011, foram inauguradas três novas unidades do Poupatempo: Botucatu, Marília e Araçatuba. Com isso, o Programa Poupatempo já conta com 28 postos de atendimento, sendo cinco na capital, três na Grande São Paulo, dois no litoral e 18 no interior. Até o final de 2011 serão entregues mais três postos: Mogi das Cruzes, Sorocaba e Lapa, na capital.

Desde a inauguração do primeiro Posto, o Sé, em outubro de 1997, o programa já prestou mais de 296,3 milhões de atendimentos à população, segundo dados da Secretaria de Gestão Pública. Deste total, 267,7 milhões foram realizados nos postos e 28,5 milhões prestados pelo Disque Poupatempo. Diariamente, o Programa realiza uma média superior a 126 mil atendimentos.

Conforme ressaltou o secretário, hoje os Postos Poupatempo contam com diversos mecanismos que estão modernizando e otimizando ainda mais os serviços do Programa.

Como exemplo, Semeghini destaca o "Sintonia", sistema que monitora os tempos de execução dos serviços em mesa e coleta a opinião do cidadão sobre o atendimento recebido, fazendo a gestão dos serviços do Instituto de Identificação, Detran.SP e Secretaria do Emprego.

A Secretaria também disponibiliza



terminais eletrônicos para o pagamento da taxa de emissão da 2ª via do RG e do licenciamento de veículo, por meio de cartão de débito, que eliminam a necessidade de o cidadão passar pelo banco.

Outra facilidade é o agendamento para emissão de RG nos Postos Poupatempo da Capital, Grande São Paulo e Santos. "O cidadão não precisa mais ficar no Posto aguardando pelo seu atendimento, bastando chegar ao local apenas 15 minutos antes do horário marcado para retirada de sua senha", explica.

Os atendimentos podem ser agendados pelo Disque Poupatempo (0800 772 36 33), pela internet (www.e-agendamento.poupatempo.sp.gov.br) e, se ele já estiver no posto, pelas hotlines – linhas diretas

com o Disque Poupatempo disponibilizadas no local - ou no balcão, com os próprios funcionários da unidade. Essas medidas permitem o controle e a distribuição da grande procura por esses serviços, além da ocupação homogênea da capacidade diária de atendimento destes postos.

O agendamento também dá ao cidadão a opção de receber um lembrete por SMS (short message service) em seu celular, 24 horas antes do seu atendimento. "Após quase 14 anos de existência e de ter seu padrão de qualidade reconhecido e adotado nacional e internacionalmente, o Poupatempo agora trabalha para desenvolver novas funcionalidades de atendimento, visando modernizar seus já consolidados conceitos e oferecer mais conforto, eficiência e

Câmara aprova regulamentação da Emenda 29

Proposta segue agora para o Senado



Foram mais de três anos de tramitação com a forte pressão exercida pelos prefeitos brasileiros e a Associação Paulista de Municípios, até que no dia 21 de setembro a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar 306/08, que regulamenta as despesas que podem ser consideradas de saúde para Estados, Municípios e União atingirem o percentual definido pela Emenda 29. Por ter sofrido alterações, a matéria voltará para o Senado.

Diversas mobilizações lideradas pela APM junto com todo o movimento municipalista brasileiro reivindicavam que a Câmara dos Deputados votasse a matéria, já que os municípios paulistas estão gastando em média 22% de seus orçamentos em saúde, conforme diz o presidente Marcos Monti.

Dentro da proposta, os deputados derubaram trecho que permitia a cobrança da CSS (Contribuição Social para a Saúde), imposto sobre transações financeiras cuja arrecadação seria destinada à saúde, de forma semelhante à CPMF, extinta em 2007. O texto aprovado é o de uma emenda do relator, deputado Pepe Vargas (PT-RS), pela Comissão de Finanças e Tributação.

No plenário, 355 deputados votaram contra o imposto, 76 votaram a favor e 4 se abstiveram. Com a decisão, não foi criada uma nova fonte de recursos para a área, como esperava a presidente Dilma Rousseff.

Fundeb

A lei que regulamenta a Emenda 29 pode, ao invés de aumentar, diminuir o montante de dinheiro para investir na saúde pública. Do jeito que está, a lei tem um dispositivo que retira as verbas do Fundo de Valorização do Profissionais de Educação (Fundeb) da base do cálculo do porcentual de recursos a serem aplicados pelos 26 Estados e o Distrito Federal. Ao tirar os R\$ 58 bilhões do Fundeb da base de cálculo, a perda estimada pelos consultores técnicos da Câmara é de R\$ 7 bilhões anuais para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, pediu aos senadores que seja corrigida a proposta que retira da base de cálculo do orçamento de saúde 20% das receitas dos estados a serem destinados ao Fundeb.

Tarde de discussões

Durante a discussão do projeto, líderes da oposição se revezaram na tribuna para discursar contra a elevação da carga tributária. O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) foi um dos que bateu mais forte, chegando a firmar que o texto do relator Pepe Vargas era uma CPMF travestida de CSS. "Não é nada mais do que meter a mão no bolso do contribuinte brasileiro e ainda prejudicar os municípios", atacou Caiado. Já o PT, por meio de seu líder Paulo Teixeira (SP), afirmava até o final que a criação de um novo imposto não iria contrariar a população. "Quem vem cá e diz que o povo não quer mais impostos está indo na contramão do mundo", respondeu.

A regulamentação da emenda 29 foi resultado de um acordo firmado líderes do governo e da oposição.

Aneel adia prazo de transferência para os municípios dos ativos da iluminação pública

Em São Paulo, haverá sessão presencial no dia 17 de novembro para debater o assunto

A diretoria da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica – havia prorrogado para julho de 2013 o prazo de transferência para os Municípios dos parques de iluminação pública, ficando alterado o cronograma inicial fixado no artigo 218, da Resolução ANEEL 414/2010. Contudo, o prazo foi novamente adiado, desta vez por tempo indeterminado.

O assunto foi discutido no dia 06 de setembro de 2011, entre a Confederação Nacional de Municípios, a Frente Nacional de Prefeitos, a Associação dos Municípios de Pernambuco e a Associação Paulista de Municípios, esta através do dr. Antonio Sergio Baptista, coordenador do Conselho Técnico da APM.

Ficou assentado que a ANEEL deverá promover, com a efetiva participação das entidades municipalistas, reuniões técnicas e audiências públicas para rediscutir a questão da transferência prevista no artigo 218, da Resolução 414.

Audiências

A deliberação do Processo nº 48500.002402/2007-19, realizada no dia 6 de setembro, durante a 33ª Reunião Pú-

blica de Diretoria da ANEEL, resultou na abertura da Audiência Pública ANEEL nº 049/2011, com o objetivo de rediscutir a Resolução Normativa 414/2010, que estabelece as Condições Gerais do Fornecimento de Energia Elétrica (Direitos e Deveres do Consumidor).

A referida audiência pública estará aberta no período de 9 de setembro a 9 de dezembro de 2011, para discutir o Artigo 218, que trata da transferência aos municípios dos ativos da iluminação pública, e de 9 de setembro a 9 de outubro deste ano, para debater as demais propostas de alteração da referida Resolução.

Os prazos vincendos do referido artigo ficam suspensos durante o período da audiência pública, até a deliberação de um novo cronograma.

Os interessados em contribuir com o processo de aprimoramento do Artigo 218 podem enviar as propostas para o e-mail: ap049_2011art218@aneel.gov.br.

Sessões presenciais

De acordo com a assessora parlamentar da Superintendência de Relações Insti-

tucionais da ANEEL, Rita de Cássia Ravália, serão realizadas quatro sessões presenciais para debater a transferência de ativos de iluminação pública aos municípios, nas capitais Manaus-AM, em 27/10; Recife-PE, em 04/11; São Paulo-SP, em 17/11, e Brasília-DF, em 23/11.

As partes que desejarem colaborar com o aperfeiçoamento dos demais artigos da Resolução que estão em audiência pública podem enviar suas contribuições para o e-mail: ap049_2011@aneel.gov.br. Para debater esses outros pontos da Resolução, será realizada também uma sessão presencial, no dia 28 de setembro, em Brasília-DF.

Em ambos os casos, as contribuições também podem ser enviadas pelo fax (61) 2192-8839, ou para a sede da Agência, localizada no SGAN, Quadra 603, Módulo I, Térreo, Protocolo Geral, CEP 70.830-030, em Brasília-DF. Os horários e endereços de realização das sessões presenciais serão disponibilizados na página da ANEEL tão logo sejam definidos. ■



MAIS UMA RESPONSABILIDADE PARA OS MUNICÍPIOS

Por: Marcos Monti*

Em setembro de 2010, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) publicou a Resolução nº 414, que estabelece condições gerais de fornecimento de energia elétrica. A referida resolução tem causado preocupação para a maioria dos municípios brasileiros.

No artigo 218 da referida resolução, a ANEEL transfere para os municípios os ativos de iluminação pública. Entenda-se por esses ativos: o braço de luz, a lâmpada, o reator e a célula fotoelétrica. A preocupação dos municípios brasileiros deve-se ao fato de que, com essa transferência, a responsabilidade da manutenção nesses ativos será obrigação das prefeituras municipais.

A resolução estabelecia um prazo de dois anos para que os municípios assumissem os ativos de iluminação pública. Contudo, o prazo foi adiado por tempo indeterminado.

Para nós, este assunto não é novidade. Em 2009 tomamos conhecimento que a

ANEEL pretendia passar para os municípios esses ativos de iluminação pública e, através da Associação Paulista de Municípios – APM, enviei ofício sugerindo à ANEEL que realizasse uma audiência pública para debater a possibilidade de tornar facultativo aos municípios receber ou não esses ativos. Não fomos atendidos em nosso pleito.

Para melhor entendermos toda essa preocupação, precisamos fazer uma retrospectiva, pois o assunto iluminação pública há muito preocupa o movimento municipalista nacional. Na década de 90 e início da última, ocorreu uma mobilização enorme para que houvesse uma forma de financiamento para o custeio de iluminação pública, uma vez que a responsabilidade de pagar o consumo de energia das lâmpadas dos postes nas vias públicas sempre foi dos municípios.

Após anos de luta, o movimento municipalista nacional conseguiu aprovar a Emenda Constitucional nº 39, de 19.12.2002, que

possibilitou aos municípios cobrarem a CIP (Contribuição de Iluminação Pública), cuja finalidade é custear o gasto com pagamento do consumo de energia das vias públicas, manutenção dos serviços e ampliação dos mesmos.

Muitos podem estar perguntando: se existe forma de financiamento, qual a preocupação? Em primeiro lugar, no Estado de São Paulo dos 645 municípios cerca de 50% conseguiu aprovar nas câmaras municipais a cobrança da referida CIP. E posso afirmar que a maioria que aprovou considerou como base de cálculo apenas o custo do pagamento do consumo de energia elétrica das vias públicas, não levando em conta a manutenção nem a ampliação dos serviços.

Na cidade de São Paulo, os serviços de manutenção, custeio e ampliação já são de responsabilidade da municipalidade, porém a realidade da capital paulista não é ► a realidade da imensa maioria dos municí-

pios brasileiros, pois 70% dos 5563 municípios brasileiros possuem menos de 20 mil habitantes.

Com a Constituição de 88, os municípios brasileiros conseguiram melhorar sua participação nos recursos tributários. Entretanto, nos anos subsequentes e até hoje as responsabilidades aumentaram numa proporção muito maior que as receitas. Hoje, o município responde pela educação, saúde, saneamento, transporte coletivo, dentre outras responsabilidades. Posso afirmar que a grande maioria dos municípios acaba ajudando o Estado e a União, pois sempre destinam recursos próprios para a Segurança Pública, para o Judiciário e outros serviços que não são de responsabilidade municipal.

Para que todos possam perceber as dificuldades que os municípios passam, precisamos mostrar a distribuição dos recursos tributários em nosso país. De toda a arrecadação tributária, 58% ficam com o Governo Federal, 25% com os Governos Estaduais e apenas 17% com os municípios. Outro dado relevante é que o Governo Federal é responsável por 70% da arrecadação, os Estados 24,5% e os municípios apenas 5,5%. Concluímos que, além de ficar com a maior parte dos recursos, o Governo Federal é o principal arrecadador.

É preciso considerar que, com os municípios assumindo os serviços de manutenção da iluminação pública, haverá uma redução de aproximadamente 8 a 10% nos valores pagos pelo consumo de energia, pois hoje a tarifa é a B4b, que presume a manutenção dos serviços, e passará para a tarifa B4a.

Ocorre que essa redução não será suficiente para suprir todos os gastos com a manutenção, uma vez que atualmente as concessionárias dos serviços de energia utilizam seus funcionários e equipamentos para executarem essa manutenção. Ficam duas perguntas. As concessionárias sabendo que não farão mais a manutenção utilizarão produtos de boa qualidade até o próximo ano? Como as prefeituras terão condições de contratar mão de obra especializada e equipamentos próprios para assumir essa responsabilidade?

Diante desta preocupação, o movimento municipalista nacional está se movimentando para que possamos reverter essa obrigação imposta pela ANEEL.

Através de um Projeto de Decreto Legislativo, apresentado pelo Deputado Ademir Camilo, PDT-MG, talvez possamos ter suspenso o artigo 218 da Resolução nº 414, da ANEEL. Porém, esse Decreto Legislativo precisa ser votado pelo Congresso Nacional e quando isso irá acontecer é uma grande incógnita.

Outra ação é no sentido de sensibilizarmos a ANEEL para que torne facultativo aos municípios assumirem esses ativos. Acredito que seria muito razoável, principalmente pelo fato de no próximo ano termos eleições municipais e também pelo fato de ser muito difícil criar ou aumentar as contribuições de iluminação pública devido a nossa elevada carga tributária.

Podemos vislumbrar o quadro político. Nos casos onde os prefeitos não tiverem direito à reeleição, talvez não se preocupem com essa questão, já que estarão terminando seus mandatos e terão apenas que se

preocupar com três meses de manutenção. Nos casos onde houver reeleição, os prefeitos poderão criar a CIP ou, nos casos onde já existe, propor uma revisão. Agora, nos municípios onde assumirão novos prefeitos, o problema poderá ser maior, visto que não terão condição de propor nem a criação nem a revisão da CIP.

Por todas essas questões é que precisamos debater mais as dificuldades que passam os municípios. Não é possível contermos calados todas as responsabilidades impostas aos municípios, pois, continuada essa toada, cada vez mais as administrações municipais estarão inviabilizadas. ▀



MARCOS MONTI é Presidente da Associação Paulista de Municípios – APM, ex-prefeito de São Manuel – SP.



Respeitar a Constituição e reduzir tarifas

Por Paulo Skaf *

Desde 1995 a lei estabelece que “o prazo de concessão é aquele necessário à amortização dos investimentos”. A reforma do setor elétrico de 2004 ratifica esse princípio, limitando o processo de amortização em 35 anos para os ativos de geração; e em 30 anos para os de transmissão e distribuição. Também reconheceu e legalizou as prorrogações contratuais de 1995 e vedou novas prorrogações na geração. Até os defensores da prorrogação dos contratos já prorrogados admitem que, para alcançarem seus objetivos, será preciso mudar a Lei.

A Fiesp defende que investidores tenham garantida a segurança jurídica para recuperarem seus investimentos. O que não se admite, porém, é a esperteza dos que desejam penalizar os consumidores com a manutenção nos seus preços da parcela de amortização já recuperada dos investimentos. A Fiesp mostrará ao Brasil que temos o direito de expurgar da tarifa cada centavo do investimento já pago. Para isso, basta que se cumpra a lei, que assegura à população pagar preços justos por produtos de ativos já amortizados.

Ao vencerem os contratos, defendemos a realização de leilões públicos não onerosos, nos quais se adote o critério, em vigor

desde 2004, de menor preço ou tarifa. Os ativos de geração, já amortizados, deverão migrar para o modelo dos empreendimentos estratégicos, com preços fixos por 30 anos (preservada sua correção monetária).

O setor elétrico viveu o conforto da remuneração garantida e tarifa pelo custo até 1993. O controle de preços e as interferências políticas nas tarifas foram sanadas pela Lei Eliseu Resende, que transferiu às empresas US\$ 26 bilhões. A partir de 1995, a geração migrou para o regime de preços não regulados. No atual regime, as geradoras praticam investimentos não controlados, sem qualquer referencial de preços, realizados por risco do concessionário. Investimentos realizados sem controle público não podem pretender capturar recursos públicos como indenização ao final do contrato.

Na transmissão e distribuição, deverá ser zerada a base de remuneração regulatória, pelo expurgo dos investimentos amortizados, e pela indenização, via RGR, dos investimentos novos. Assim o Brasil vai ganhar. E ganhar muito.

Estudo da Fiesp mostra que retirada a amortização dos investimentos, o preço da energia das 112 usinas geradoras (23

GW médios), cujos contratos vencem a partir de 2015, pode passar dos atuais R\$ 90,98/MWh para R\$ 20,69/MWh, em média. Considerou-se o custo de uma usina de referência já amortizada, baseado na média dos valores de leilão das usinas de Santo Antônio, Jirau, Belo Monte e Teles Pires. Para os próximos 35 anos, o custo evitado para o consumidor na geração seria de R\$ 495,70 bilhões.

No caso dos leilões de transmissão, a RAP seria reduzida pela eliminação dos investimentos já amortizados; pela quitação dos investimentos não amortizados, via RGR; pela diminuição de 10% nos custos de O&M; e pela redução da WACC dos atuais 7,24% para 5,5%, conforme arbitrado pela Aneel para os novos empreendimentos. Estudo da Fiesp mostra que a licitação dos 9 contratos de transmissão evitaria um custo de R\$ 239,12 bilhões, em 30 anos.

A economia total para o consumidor, considerando-se a aplicação de 20% de ICMS médio no Brasil, seria de incríveis R\$ 918,52 bilhões! Esse valor pode ficar nas mãos dos atuais concessionários ou ser distribuída a toda a população. Vai do interesse de cada um tomar seu lado.

A Constituição assegura a igualdade ►

“ O prazo de concessão é aquele necessário à amortização dos investimentos ”

a todos interessados em prestar um serviço em nome da União. A prorrogação de contratos já prorrogados beneficia, apenas, o atual concessionário, e priva os demais interessados do seu direito fundamental de acesso à oportunidade comercial. Privilegiar um, em prejuízo de todos os demais, afronta os princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade, obrigatórios nas contratações da administração pública, que devem ser feitas, exclusivamente, por meio de licitação.

Diante de eventual ameaça à Constituição, a Fiesp baterá às portas da corte suprema, advogando o interesse maior da população. O que também nos causa estranheza, neste momento, é ver autoridades do Governo Federal e governadores, tentando mudar o foco da discussão com o argumento que atribui à carga tributária os elevados custos das tarifas de energia. Bem vindos ao Brasil!

Está nas mãos deles reduzir os encargos e os impostos, federais e estaduais, que incidem sobre a energia. A Fiesp aguarda, ansiosa, o primeiro movimento. Entretanto, dos nossos direitos, assegurados em lei, cuidaremos nós mesmos. ■



Paulo Skaf é presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Fiesp lança campanha “Energia a preço justo”

Anúncios em jornais e lançamento de site para coleta de assinaturas marcaram início da mobilização nacional

Por: Agência Indusnet Fiesp

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) lançou a campanha “Energia a Preço Justo”, com o objetivo de mobilizar a população na luta contra a renovação sem licitação das concessões das empresas de energia elétrica vencidas. A campanha quer fazer cumprir a Constituição, exigindo que sejam realizados os leilões para a renovação dos contratos, medida que, além de ser uma exigência constitucional, permitirá uma significativa redução das tarifas de energia elétrica no País.

Estudo da entidade aponta que, com a realização de novos leilões para os contratos que vencem a partir de 2015, a economia para os consumidores poderá chegar a R\$ 918 bilhões em 30 anos, ou R\$ 30 bilhões por ano. Com esse dinheiro, seria possível a manutenção de mais dois programas sociais do tamanho do Bolsa Família. “Reducir o preço da energia permitirá que as famílias economizem na conta de luz, que os produtos fiquem mais baratos, que as pessoas comprem mais. Isso movimenta toda a economia e gera empregos”, afirma Paulo Skaf, presidente da Fiesp.

Com a campanha, de alcance nacional, a Fiesp cobra do governo o respeito à lei

que determina a realização de leilões pelo critério de menor tarifa para novos períodos de concessão de linhas de transmissão, da distribuição e de operação de 112 usinas hidrelétricas brasileiras. A campanha divulga amplamente o problema e esclarece a população sobre a necessidade dos leilões e os benefícios do cumprimento da legislação vigente.

No site www.energiaaprecojusto.com.br a população pode ter acesso ao estudo, se informar sobre todas as implicações do problema e aderir ao abaixo-assinado que está sendo lançado nesta segunda-feira, dia 15, exigindo o cumprimento da lei.

No Brasil, 77% de toda a energia produzida é de origem hidrelétrica, a fonte mais barata que existe.

Mas a construção das usinas e sistemas de transmissão e distribuição é um investimento bilionário. Para viabilizar essa construção, o governo faz contratos de concessão com empresas e o investimento é recuperado pela cobrança de um valor adicional nas contas de luz. Portanto, quem paga pela construção do sistema elétrico é o consumidor. As contas são mais altas no período de amortização do investimento das concessionárias, mas tem de baixar depois de 35 anos, limite máximo permitido pela lei para a recuperação do investimento. ▀





O que é Superendividamento

Estamos vivendo numa época em que ter alguma dívida frente a um fornecedor (supermercado, banco, cartão de crédito, loja de departamento, financeiras, etc.) é considerado absolutamente normal. No entanto, apesar do endividamento ser um fato individual, as consequências são sociais e o problema aumenta quando de endividada a pessoa passa a ser superendividada.

Há uma relação entre o fenômeno do superendividamento com o desenvolvimento do crédito para as pessoas físicas que, nos últimos anos, se tornou mais acessível no Brasil. Alguns fatores contribuíram para esta situação, tais como: o aumento de 90% de poder de compra do salário mínimo nos últimos 10 anos; e o crescimento do setor financeiro devido ao crédito consignado (com desconto na folha de pagamento).

Há dados econômicos no sentido de que, de 2001 a 2005, o número de cartões de crédito (incluindo de lojas e de débito) aumentou 118%, e nas classes C, D e E aumentou 144%; das dívidas que somam R\$ 26,5 bilhões, R\$ 7,49 bilhões estão em atraso, sujeitas às taxas mais extorsivas do mercado.

Nesse contexto, surge o superendividamento, que é a impossibilidade do devedor pessoa física, consumidor, leigo e de boafé, de pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo (excluída as dívidas com o Fisco, oriundas de delitos e de alimentos) em um tempo razoável com sua capacidade atual de rendas e patrimônio.

Podem ser apontadas como causas do superendividamento: o crédito fácil; propaganda enganosa e abusiva; falta de informação; realização de empréstimos a juros

altos para saldar outras dívidas; bem como os acidentes da vida - desemprego, diminuição de renda, doença na família, etc.

As consequências são muitas, podendo ser citadas: tensões no meio familiar, acarretando muitas vezes o divórcio; impossibilidade do pagamento de despesas essenciais; e com o agravamento da situação, quando a moradia não pode mais ser assegurada, acarreta a exclusão social, contribuindo para o aniquilamento do indivíduo.

A Fundação Procon-SP vem realizando diversas ações, visando dar mais informações e orientações ao consumidor, dentre elas: divulgação de pesquisa mensal de taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras; cursos e palestras sobre direitos e deveres do consumidor bancário; elaboração de materiais informativos com orientações sobre crédito, educação financeira, etc.

Foi realizado um Projeto-Piloto de Tratamento ao Superendividamento, em parceria com o Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual foram selecionados, pelos técnicos do Procon-SP, 300 consumidores que posteriormente passaram por uma palestra preparatória para a audiência coletiva com todo os seus credores, que ocorreram nos Postos Avançados de Conciliação Pré-processual do Tribunal de Justiça.

Portanto, antes de fazer um empréstimo ou financiamento para a aquisição de um produto, pesquise; analise as taxas de juros e opte pela modalidade que pese menos no seu bolso. Se possível, aguarde mais algum tempo, poupe e tente comprar à vista. O importante é se planejar, ficar atento para não se deixar levar pelos estímulos do mercado e adquirir produtos ou contratar serviços conforme a sua necessidade e capacidade financeira. ▀

Vera Lúcia Remedi Pereira
Assessora-executiva
Fundação Procon-SP

Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e UNESP de São José dos Campos lançam no Estado Programa de Formação em Odontologia

Formação de odontólogos visa atendimento à pessoa com deficiência; primeiros protocolos de intenção já foram assinados

Por: Daniela Bertoldo

Tornar o profissional apto para atender pessoas com deficiência, promovendo melhor qualidade de vida e, consequentemente, reabilitação e inclusão social desses indivíduos na comunidade. Esse é o objetivo do Programa de Formação em Odontologia para Pessoas com Deficiência (PFOPD), uma iniciativa da Secretaria Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo do Estado de São Paulo e do Centro de Biociências Aplicado a Pacientes com Necessidades Especiais - CEBAPE -, da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos da UNESP.

O programa é gratuito e tem como público alvo odontólogos das redes públicas municipais. A proposta é que as Prefeituras Municipais inscrevam diretamente seus dentistas para capacitação e, posteriormente, ofereçam um serviço odontológico especializado nas unidades básicas de saúde de origem, explica a autora do projeto, Profa. Drª Mônica Fernandes Gomes. "Quando o dentista é encaminhado pela Prefeitura, existe um compromisso de que a prestação de serviços de saúde bucal para pessoas com deficiência será implantada em seu município", ressalta.

Dra Mônica enfatiza que a parceria



No lançamento do Programa, Drª Linamara Rizzo Battistella, Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com a prefeita de Cruzeiro, Ana Karin Quental e o Prof. Dr. Carlos Augusto Pavanelli, diretor da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos da UNESP

com as Prefeituras é imprescindível para o sucesso deste trabalho, favorecendo a sua ação de Política Pública e, consequentemente, a obtenção de resultados com excelência. "Ademais, teremos subsídios para elaboração de novas estratégias em projetos futuros para melhorias da boa qualidade de saúde bucal para a pessoa com

deficiência", salienta.

Os primeiros protocolos de intenção foram firmados pela secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Dra. Linamara Rizzo Battistella, com os municípios de Cruzeiro, Guaratinguetá, Jacareí, Jambeiro, Lorena, São Luiz do Paraitinga e Taubaté, para que se tornem parceiros ►

deste programa. O evento ocorreu no dia 30 de setembro, reunindo 36 prefeitos que administram os municípios do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Monitoramento de Controle

A UNESP capacita os odontólogos e, em contrapartida, esses profissionais deverão atualizar, continuamente, um Sistema de Aquisição e Armazenamento de Banco de Dados, denominado de Monitoramento e Controle. Este Sistema registrará os procedimentos clínico-odontológicos realizados em seu local de trabalho. "O profissional deverá alimentar esse Sistema, para que possamos realizar estudos epidemiológicos e avaliações estatísticas das informações obtidas nos banco de dados".

Com a participação efetiva do dentista neste processo de monitoramento, a professora explica que será possível realizar um mapeamento mensal de suas atividades ambulatoriais. "Serão gerados arquivos contendo o número de pessoas com deficiência assistidas, estágio dos atendimentos clínicos realizados, tipo de deficiência, faixa etária, regiões assistidas, dentre outros dados de extrema relevância para o Ministério da Saúde".

O Programa

Segundo Drª Linamara, secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Programa surgiu em razão da demanda no número de atendimento de pessoas com deficiência, que não encontram tratamento odontológico adequado às suas peculiaridades e necessidades.

Além desta carência, a professora Mônica acrescenta que há falta de divulgação de informações sobre os meios de prevenção para melhorar a sua condição de saúde. "É importante ressaltar que a saúde bucal é um aspecto importante da saúde geral, que pode se agravar com a presença de infecções focais, comprometendo significativa-



mente o quadro clínico dos indivíduos".

A professora acredita que a implantação deste Programa promoveu uma quebra de paradigma da Universidade. O programa teve inicio em 2010 e já atendeu a cerca de 500 pessoas com deficiência. A primeira turma, formada no final de 2010, capacitou 36 profissionais em 18 municípios e, no final deste ano, serão capacitados outros 73 profissionais em mais 15 cidades, somando 33 municípios participantes. Para a próxima turma (cujos trabalhos começam em 2012), estão abertas 60 vagas.

Cabe à Secretaria Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo do Estado de São Paulo financiar o projeto (no ano passado, a Secretaria disponibilizou cerca de R\$ 600 mil e, este ano, R\$ 523 mil) e trabalhar com a estratégia política, sendo responsável pelo engajamento das Prefeituras.

Inscrições

As inscrições para as próximas turmas já estão abertas e devem ser efetuadas pelas Prefeituras, através do Gabinete do prefeito ou da Secretaria de Saúde, indicando o profissional que irá realizar o curso.



Prof. Drª Mônica Fernandes Gomes,
autora do projeto

O horário de atendimento do núcleo do Programa de Formação em Odontologia para Pessoas com Deficiência (PFOPD) é de segunda à quinta-feira, das 8h30 às 12 horas e das 13 às 18 horas. Mais informações podem ser obtidas por meio do site <http://pfopd.unesp.br/> ou pelo telefone: (12) 3947-9086. ▀

Marketing de Cidades

As vantagens de se fazer um planejamento de Marketing e, com isso, promover e divulgar sua cidade

Por: José Rodrigues*

O Marketing é uma ferramenta que todos nós conhecemos e sabemos de sua eficácia, podendo ser usada em empresas, produtos e cidades.

Está em nossas vidas, desde a hora que acordamos até a hora que vamos dormir, em nossas relações profissionais e comerciais, assim como na política e relacionamento com a sociedade.

O Marketing de Cidades é usado de forma profissional desde a década de 70 na Europa e nos Estados Unidos, com resultados concretos de transformação, projeção e riqueza.

Há centenas de casos de projetos de sucesso no mundo, onde o MKT foi fundamental para o desenvolvimento das cidades, com milhares ou milhões de visitantes: lugares famosos como South Miami Beach, que estava completamente abandonada e degradada até o final da década de 70 e hoje, após um planejamento de MKT, figura como um grande polo de turismo e investimentos, ou pequenas cidades, com menos de 10.000 habitantes, que recebem mais de 1 milhão de visitantes por ano.

No Brasil, um exemplo claro do poder do MKT, mesmo que involuntário, é a cidade de Itu, no interior de São Paulo, que se beneficia há décadas da fama, por ser sítio a todas as semanas em um programa humorístico do saudoso comediante Simpli-



A culinária pode ser um dos pontos fortes de uma cidade



South Miami Beach, um dos destinos mais procurados por turistas do mundo inteiro. Do total abandono, a recuperação veio após um projeto de Marketing

cio. Até hoje, Itu recebe turistas que deixam na cidade milhares de reais, turismo este que gera empregos e promove a imagem da cidade.

Com um planejamento de MKT, o comércio vende mais, a população tem mais empregos e a arrecadação de impostos aumenta. Portanto, o resultado é benéfico para todos.

A união do poder público (prefeituras) com o poder privado (associações comerciais) trará resultados rápidos e mais abrangentes, além de diluir custos e investimentos. Os dividendos políticos de um plano de MKT são evidentes.

Colocando em prática

A principal característica do MKT de Cidades é descobrir a verdadeira identidade e vocação da cidade e criar ações, eventos e atrativos para promover o turismo e investimentos.

Para isso, é importante fazer um levantamento histórico, cultural, comercial e industrial, identificando produtos e características da cidade ou região, podendo ser uma atração da própria natureza e geografia, como lagos, rios, montanhas, florestas, ou até mesmo a culinária e frutas da região.

O levantamento da infraestrutura da ►

Estratégia



Um clube, restaurante, com uma arquitetura arrojada faz toda a diferença em uma cidade



Uma construção diferenciada, como o prédio dessa biblioteca no Canadá, atrai muitos visitantes

cidade, sua predominância climática, assim como o índice pluviométrico, são fundamentais para, assim, identificar qual época é ideal para um evento, e se deverá ser realizado em local aberto ou fechado, por exemplo.

Não existem duas cidades iguais. Portanto, o MKT de cidades não é uma fórmula matemática. Cada cidade tem características únicas; um planejamento exclusivo é a forma de obter sucesso e atingir os objetivos.

Uma das coisas mais importantes que presenciei em minhas viagens de estudos e pesquisas, em 25 países, é que sempre é possível inovar, criar e, assim, ser uma cidade atrativa e diferente. É aí que entra o trabalho de um profissional especializado nessa área.

Para um projeto não são necessárias ações mirabolantes, e sim criativas e originais, pois, com isso, haverá cobertura da mídia de forma espontânea.

No Estado de São Paulo, temos milhões de pessoas procurando um lugar para pas-

sear e fugir do stress diário das grandes metrópoles. Com uma malha viária que é a melhor e mais segura do País, basta criar e realizar eventos, ações, atrações e, principalmente, divulgar e promover a cidade, que a trajetória de seu município poderá mudar, gerando desenvolvimento, bem estar social e satisfação de seus moradores e comerciantes.

Mude sua história, mude o futuro de sua cidade! □



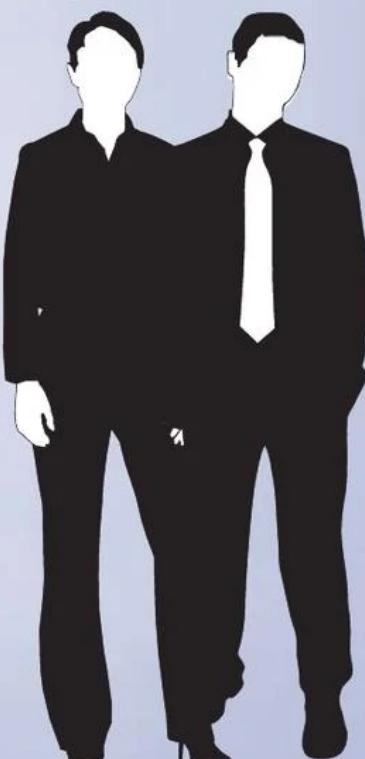
*José Rodrigues é profissional de Marketing, especializado em MKT de Cidades. jrodrigues-mkt@hotmail.com

Carteira de Agente Público Municipal

Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os municípios associados à APM, podem solicitar a sua.

Uma prática carteirinha confeccionada pensando em você Gestor Municipal

Vantagens da Carteira de identificação do Gestor Municipal • Isenção da taxa de inscrição para Gestores nos Congressos Municipais e descontos especiais em eventos realizados pela APM • Isenção para acesso ao webcast (curso on-line) • Direito a voto nas Assembleias, exercido pelo(a) prefeito(a) • Acesso aos serviços da APM, como também de pareceres e consultas jurídicas • Sala dos Municípios equipada à disposição • Desconto e suporte técnico na aquisição do Diário Oficial Eletrônico



INFORMAÇÕES

Fone: (11) 2165.9999 | E-mail: apaulista@apaulista.org.br

SOLICITE A SUA AGORA MESMO!





Instituto Jatobás e o Desenvolvimento Sustentável em Pardinho

Pardinho, berço das ações do Instituto, é o primeiro município a receber e implantar o Modelo Ecopolô de Desenvolvimento Sustentável

Por: Alice Junqueira Terra Caffaro / Instituto Jatobás

Implantado em 2007 em Pardinho, Estado de São Paulo, à sombra de um tricentenário jatobá na Fazenda dos Bambus, o Instituto Jatobás é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, cujo propósito é promover a difusão do conhecimento em Desenvolvimento Sustentável (DS) buscando a incorporação desses conceitos nas práticas pessoais, organizacionais e comunitárias.

Para o Instituto Jatobás, sustentabi-

lidade é entendida como a manutenção de um sistema, por tempo indeterminado, dentro de determinadas condições. Dessa maneira, o Instituto desenvolve e implanta modelos estratégicos de gestão fundamentados nos limites de reposição dos recursos naturais, na equidade social e no desenvolvimento econômico.

Tais modelos combinam ferramentas e práticas de gestão pública e privada visando a sua aplicação em institutos socioam-

bientais, organizações governamentais e não governamentais. Dentre seus modelos, está o modelo Ecopolô de DS - um sistema estratégico e de gestão político-administrativa para promoção do Desenvolvimento Sustentável com foco em Municípios e organizações, que teve seu projeto piloto implantado em Pardinho, berço das ações do Instituto. “A presença do Instituto Jatobás em Pardinho vem trazendo mais do que uma edificação moderna e ecológica para a

Ações em Destaque



cidade: traz uma nova forma de olhar e agir na gestão pública e no cotidiano da nossa comunidade. Apenas esses motivos já são suficientes para que eu, em meu quarto mandato de prefeito, ateste que a presença dessa instituição aqui em Pardinho só nos trouxe dividendos positivos", afirma o prefeito de Pardinho, José Francisco da Rocha Oliveira (Fião).

O Ecopolô criou condições gerenciais de responsabilidades compartilhadas para a sustentabilidade local criando e definindo frentes de atuação de acordo com a realidade local. Dessa maneira, em Pardinho estabeleceram-se cinco pilares de atuação: educação, agroecologia, gestão municipal, empreendedorismo e cultura.

Todo esse trabalho resultou na supe-

ração das metas e objetivos traçados, na conquista de prêmios e no constante reconhecimento das ações do Instituto, frutos de um árduo trabalho em equipe que busca sempre a ampliação da consciência e a construção de um caminho que conduz as pessoas – e os locais onde vivem – para o crescimento e evolução com qualidade.

Seguindo a frase de Max Feffer (1926-2001) "A vida que a gente quer depende do que a gente faz", o Instituto leva para todos os parceiros e interessados soluções reais e possíveis para a construção de um caminho solidário e sustentável.

Mais detalhes das ações do Instituto Jatobás podem ser conferidos em seu relatório de atividades 2009/2010, cujo download pode ser feito nas versões completa e

síntese no site www.institutojatobas.org.br.

Sobre o Instituto Jatobás

O Instituto Jatobás tem como missão "influir para a ampliação da consciência e oferecer conhecimento para a construção de um caminho coletivo solidário e sustentável". Sua atuação, baseada em ética humana e ocupação de espaços de modo sustentável, está fortemente ancorada no entendimento de Desenvolvimento Sustentável pelo uso equilibrado de recursos econômicos, ambientais e sociais, por tempo indeterminado. Toma como referência especial os centros urbanos, de onde emerge a maior parte dos problemas econômicos, ambientais e sociais da atualidade e que nos afligem, hoje e no futuro próximo. ■



Conselho de Consumidores: participação ativa em defesa dos municípios

APM tem importante atuação nos conselhos, levando seus conhecimentos sobre as áreas em discussão

Por: Daniela Bertoldo

A Associação Paulista de Municípios (APM) tem assento em diversos conselhos para levar aos órgãos competentes os problemas e reivindicações de diversas áreas, defendendo os interesses dos municípios.

Para que os leitores entendam melhor como funciona esta parceria, iniciamos nessa edição uma série de reportagens sobre estes conselhos e suas atribuições.

A APM possui representantes, todos membros da diretoria, nos seguintes conselhos: Consema – Conselho Estadual de Meio Ambiente, Conselho do FUNDEB, Câmara Setorial de Turismo e Lazer no Meio Rural, Câmara Ambiental de Resíduos do Estado de São Paulo, Conselho de Apoio à Implantação do Rodoanel Trecho Sul, Fóruns Regionais do SEBRAE/SP – Grupo de Trabalho e Comitê de Estudos das Ameaças Naturais e Tecnológicas.

Na área de consumidores, tem assento nos conselhos de energia da Elektro, da Bandeirantes, da CPFL Paulista, CPFL Piratininga e da Eletropaulo. É sobre este setor que vamos iniciar a série.

A APM representa a categoria Poder Público em todas as concessionárias e permissionárias do Estado de São Paulo, representando essa atribuída à entidade por ser a legítima representante de todos os municípios de nosso Estado.

Cada Conselho de Consumidores atua para assegurar a qualidade dos serviços prestados. “O papel da APM nos Conselhos de Consumidores é fazer concretizar



a democracia participativa consagrada na Constituição Federal, quando da exploração dos serviços públicos de energia elétrica”, explica Darci Pimentel, membro do Conselho Técnico da APM e representante nos conselhos da CPFL Paulista e CPFL Piratininga.

Os membros dos Conselhos de Consumidores definem a estratégia de trabalho para cada gestão no Plano Anual de Atividades, onde devem estar detalhadas não só a estratégia de trabalho, como as despesas previstas para execução de cada uma das ações.

Todos devem estar presentes nas reu-

nções ordinárias e também nas extraordinárias eventualmente realizadas, que necessitam um número mínimo de participantes para acontecer. “Por isso, quando o membro titular não pode comparecer, deve avisar o seu suplente para o comparecimento, sob pena das reuniões não ocorrerem por falta de quorum”, esclarece.

Darci ressalta que os Conselheiros podem e devem apresentar propostas, no âmbito da sua representação ou fora dela. “A APM vem tendo excelente atuação não só nas reuniões dos próprios Conselhos, como também nas reuniões já realizadas pela ANEEL, contando com a participação



de representantes de todos os Conselhos do país". Os problemas e as reivindicações apresentadas pelos Conselheiros da APM são feitos sempre em nome da entidade.

Conforme destacou Darci, a representação nos conselhos é de suma importância,

pois a APM tem nessas participações mais um canal para difundir e realizar o seu objetivo, que é a defesa do municipalismo. "Sendo a APM uma das mais ferrenhas e atuantes entidades defensoras dos direitos municipais, que de perto acompanha o cami-

nhar desses entes federativos e busca as soluções necessárias aos problemas, essa participação só pode trazer mais subsídios para atuar em seus objetivos e levar aos referidos órgãos seus conhecimentos sobre as áreas em discussão".

Representantes da APM nos Conselhos de Consumidores:

Conselho de Consumidores da ELEKTRO:

Titular: Carlos Alberto Cruz Filho, tesoureiro geral da APM

Suplente: Teresinha Jesus Pedrosa, ex-vereadora de São João da Boa Vista

Conselho de Consumidores da BANDEIRANTES Energia:

Titular: Dalva Christofoletti Paes da Silva, membro do Conselho Técnico da APM

Suplente: Teresinha Jesus Pedrosa, ex-vereadora de São João da Boa Vista

Conselho de Consumidores Energia da CPFL:

Titular: Darci Fernandes Pimentel, membro do Conselho Técnico da APM

Suplente: Marilene Mariottoni, presidente do Conselho Deliberativo da APM

Conselho de Consumidores Energia da CPFL/PIRATINGA:

Titular: Darci Fernandes Pimentel, Membro do Conselho Técnico da APM

Suplente: Marilene Mariottoni, Presidente do Conselho Deliberativo da APM

Conselho de Consumidores Energia da ELETROPAULO:

Titular: Dalva Christofoletti Paes da Silva, membro do Conselho Técnico da APM

Suplente: Teresinha Jesus Pedrosa, ex-vereadora de São João da Boa Vista

Conselhos

O secretário executivo suplente do Grupo CPFL, Wedson Prado, explica que os conselhos estão regulamentados pela Resolução ANEEL n. 138 e são criados através de convites formulados pelas distribuidoras de energia elétrica às entidades representativas das principais classes e consumidores de energia elétrica.

Segundo Wedson, que responde pelas atribuições da Resolução ANEEL n. 138, os conselhos são de caráter consultivo e são compostos de representantes das classes: residencial, poder público, comercial, industrial rural e também do PROCON ou de representante do Ministério Público.

De acordo com ele, a participação dos diversos setores da sociedade através dos conselhos de consumidores dá a eles o direito de interagirem com as distribuidoras

de energia elétrica, de maneira a contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados. "Considerando que o serviço de distribuição de energia elétrica é um serviço regulamentado pelo governo federal, na maioria das vezes atendemos as reivindicações, sob a luz da legislação que estabelece as condições gerais do fornecimento de energia elétrica".

Atribuições:

I – Interagir com os consumidores e/ ou com as entidades representativas visando à indicação de representantes quando da renovação dos Conselheiros;

II - Cooperar e estimular a concessionária ou permissionária no desenvolvimento e na disseminação de programas educativos destinados à orientação dos consumidores sobre a utilização de energia elétrica, e

quanto aos seus direitos e deveres;

III – Analisar, debater e propor soluções para os conflitos instaurados entre consumidores e concessionária ou permissionária;

IV – Cooperar com a concessionária ou permissionária na formulação de propostas sobre assuntos de sua competência, encaminhando-as à ANEEL ou ao órgão conveniado por ela indicado;

V – Propor alternativas que possibilitem a melhoria e adequação dos serviços prestados às diversas classes de consumidores;

VI – Cooperar com a ANEEL e o órgão conveniado por ela indicado na fiscalização dos serviços prestados, visando o cumprimento do Contrato de Concessão e da regulamentação de interesse do setor de energia elétrica. □



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUA. ACRÉSCIMO CONTRATUAL. LIMITES.

Por: Antonio Sergio Baptista*

O estatuto de regência das licitações e contratos (Lei nº 8.666/93) trata das alterações contratuais em seu artigo 65 detalhando, minuciosamente, os casos possíveis de alteração do instrumento matriz.

O mesmo artigo, no § 1º do inciso II, estabelece limites discricionários para a administração e compulsórios para o contratado, contrariando, de certa forma, a letra do caput do inciso - por acordo entre as partes - de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos contratos de obras, serviços ou compras.

De outra banda, o artigo 57, ao tratar especificamente dos contratos de "prestação de serviços a serem executados de forma

continua", apenas estabelece o limite de duração dos mesmos "com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração" e, em nenhum momento, trata de acréscimos ou supressões, sejam quantitativos sejam qualitativos.

Em verdade, a legislação trata dos contratos em geral de forma absolutamente distinta, colocando no mesmo nicho todos os contratos sem qualquer especificidade e, de outro lado, reserva tratamento especialíssimo, diferenciado, para aqueles contratos de prestação de serviços de execução continuada.

Aliás, nem poderia ser diferente, isto porque a prestação de serviços de forma

continua, que pode ser direta, quando executada pela própria administração, ou indireta, quando terceirizada, envolve, sempre, uma ação governamental que, por óbvio, não pode sofrer solução de continuidade, isto porque, como bem lembra o festejado Professor Marçal Justen Filho, na medida em que a necessidade a ser atendida é permanente, torna-se muito problemático interromper sua prestação, risco que poderia ser desencadeado se houvesse necessidade de promover licitação a cada exercício orçamentário¹.

Ação governamental sempre sujeita a expansão e aperfeiçoamento e que, portanto, não pode ser obstaculizada por ou- ►

¹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12º Edição, Editora Dialética, 2008, pág. 669

etros limites que não sejam de ordem temporal e, neste passo, é importante lembrar que os serviços públicos de natureza contínua, por suas próprias características, porque sempre sujeitos à expansão e/ou aperfeiçoamento da ação governamental, carregam forte dose de imprevisibilidade que impede, a toda evidência, a fixação "a priori" e com exatidão, dos quantitativos que serão executados, ou seja, em outras palavras, são serviços sujeitos a significativas mutações quantitativas, para mais ou para menos que, por força daquela imprevisibilidade, não podem estar submetidos aos estreitos limites de acréscimo ou redução postos nas regras de regência das alterações dos contratos em geral, albergadas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

Ora, desnecessário afirmar que seria rematada estultícia limitar, em termos percentuais, qualquer acréscimo a contrato de prestação de serviços de natureza contínua, ainda em execução, exceto quanto ao aspecto temporal, como já disse, impedindo a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, até que nova licitação viesse a ser concluída.

Aliás, salta aos olhos a incompatibilidade entre as regras de limitação dos contratos administrativos em geral, grafadas no parágrafo 1º do artigo 65 e aquelas dos contratos especiais, peculiares, de serviço de natureza contínua postas no artigo 57, do mesmo ordenamento. "Se existir antinomia entre a regra geral e a peculiar, específica, esta, no caso particular, tem a supremacia"², adverte Carlos Maximiliano, nosso mestre maior da hermenêutica.

Na mesma senda caminha o inesquecível Professor Diógenes Gasparini, quando pontua, em lição que não pode ser olvidada: "Ora, se diferentes são os dispositivos analisados, tanto na dicção de cada um como na finalidade que buscam atingir, como submetê-los ao mesmo limite de restrição, especialmente se isto diminui a eficiência de um deles? Se diversos na redação e na

finalidade os dispositivos analisados, como aceitar a interpretação que obriga o enquadramento das iguais e sucessivas prorrogações no limite de 25% do valor inicial reajustado do contrato, se conflitante com a finalidade da norma que expressamente as permite?"³

Além disso, mesmo nos casos daqueles contratos gerais, mas que, em determinado momento, durante sua execução, reclamam modificações qualitativas, através de alteração do projeto ou de suas especificações, "para melhor adequação técnica aos seus objetivos" na dicção do artigo 65,I,"a" da lei 8666/93, admite-se a alteração do valor original do contrato, mesmo em níveis superiores aos estreitos limites estampados no parágrafo 1º do artigo 65.

As razões aduzidas conduzem à seguinte afirmação: os únicos limites a que estão sujeitos os contratos tipificados como de execução continuada, são aqueles estampados no inciso II, do artigo 57 da Lei nº

8666/93 e, excepcionalmente, em seu § 4º, não sem lembrar, por oportunidade, o princípio constitucional da razoabilidade que, muito embora ausente na Constituição Federal, encontra-se estampado no artigo 111 da Constituição do Estado de São Paulo.

Príncípio que, nas palavras de Maria Helena Diniz, "serve de parâmetro à interpretação das leis e atos da Administração ao preconizar o bom senso na aplicação do direito, apoiando a legalidade e o respeito à Constituição."² □



*Antonio Sergio Batista é advogado, especialista em Direito Público



² Hermenêutica e Aplicação do Direito, 19º Edição, Editora Forense, 2001, pág. 111

³ Parecer: PRAZO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE SERVIÇO CONTINUADO, Revista Diálogo Jurídico, número 14 – junho/agosto de 2002

A VERTICALIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS

O Censo Demográfico 2010 disponibilizou além de características das pessoas e famílias, um conjunto de informações extremamente relevantes acerca das condições de moradia e da infraestrutura urbana disponível nos municípios brasileiros.

Em relação às informações a respeito dos domicílios merece destaque a continuidade da tendência de verticalização de várias cidades brasileiras. De acordo com

o Censo 2010 aumentou sobremaneira o número de domicílios na categoria apartamento, mesmo no caso dos municípios que já apresentavam elevado número desse tipo de moradia houve aumento em sua participação no intervalo entre 2000 e 2010.

Fazendo um ranking nacional, duas cidades aparecem em destaque com o total de apartamentos superando o número de casas, Santos – SP com mais de 63% de

domicílios tipo apartamento e Balneário Camboriú em Santa Catarina com 56% (vide quadro). Importante ressaltar que os dados se referem às residências permanentes, não sendo computados os domicílios de uso ocasional, que somaram 3,9 milhões em todo o Brasil, que são aqueles que servem ocasionalmente de moradia, usados nos finais de semana, férias ou outra finalidade. ►





Posição em 2010

Município	%
1 Santos - SP	63,1
2 Balneário Camboriú - SC	56,7
3 Porto Alegre - RS	46,7
4 Vitoria - ES	43,4
5 Niterói - RJ	42,4
6 Florianópolis - SC	37,8
7 São Caetano do Sul - SP	37,8
8 Rio de Janeiro - RJ	37,6
9 Viçosa - MG	36,3
10 São José - SC	34,2
11 Belo Horizonte - MG	33,0
12 Itapema - SC	32,8
13 Vila Velha - ES	31,0
14 Juiz de Fora - MG	29,4
15 São Paulo - SP	28,3
16 Santa Maria - RS	26,7
17 Curitiba - PR	26,6
18 Recife - PE	26,4
19 Brasília - DF	25,7
20 Lajeado - RS	24,8

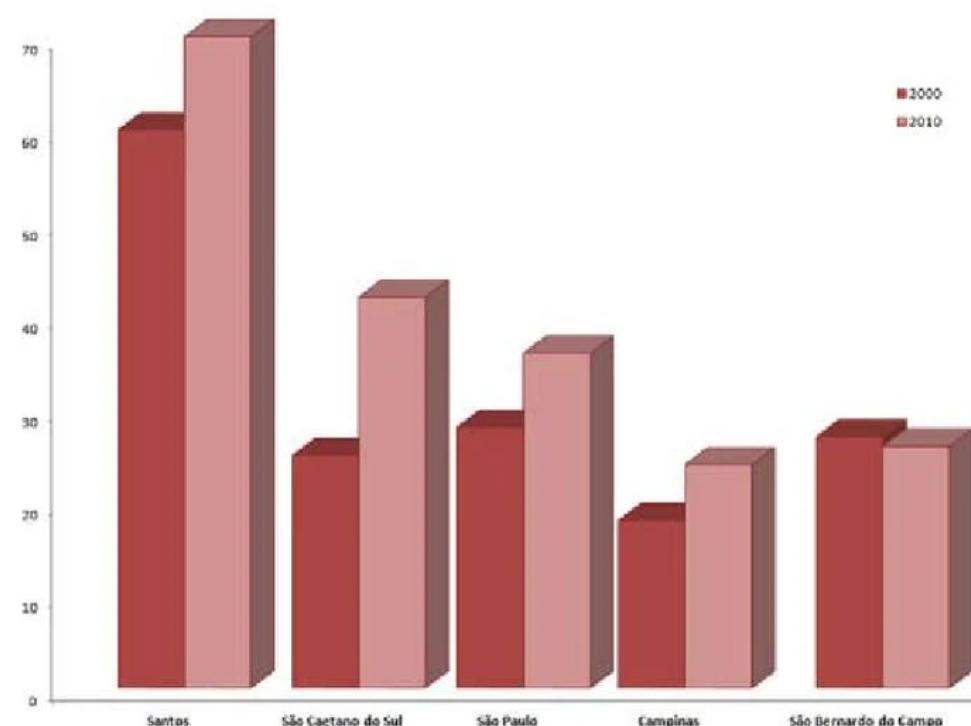
Observando a relação dos 20 maiores municípios com maior ocorrências de apartamentos, verificamos que apenas dois não pertencem às regiões Sul e Sudeste, refletindo o desenvolvimento econômico destas áreas. Outro detalhe verificado é a influência das regiões metropolitanas neste tipo de construção, sendo a maioria dos municípios com alta concentração de apartamentos pertencentes a este recorte regional, sendo que nove cidades são capitais estaduais.

Entre as cidades paulistas, além de Santos, outras sete apresentaram altos índices de verticalização, acima de 20%, e com expressivo crescimento na última década: São Caetano do Sul com 37,8%, a capital São Paulo (28,3%), Campinas (24,4%), São Bernardo do Campo (23,9%), Lindóia (23%), São Vicente (21,6%) e Praia Gran-

de (21,4%). O percentual total de apartamentos em nosso estado é de 14,3%, sendo o quarto com a maior proporção, ficando atrás do Distrito Federal, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

des que passam por esse processo, e com o conjunto completo de informações que serão disponibilizadas haverá uma contribuição importante para gerenciar o uso e ocupação dos espaços destas cidades.

Comparativo percentual de apartamentos: cinco maiores do estado de São Paulo



Em oposição a essa situação em 37 municípios, dos 645 do estado de São Paulo, 100% das moradias eram casas, segundo dados do Censo 2010.

A análise dos dados do Censo 2010 sobre esse crescimento da verticalização coloca novos desafios aos gestores públicos no que se refere ao planejamento urbano e na qualidade de vida da população, tendo a provocar alterações no sistema viário e nos equipamentos de transporte dessas cida-

Os dados divulgados até o presente momento correspondem apenas aos resultados preliminares do Censo 2010, as demais informações sobre as características dos moradores (sexo, idade, cor ou raça, educação, rendimento) e dos domicílios (abastecimento de água, esgotamento sanitário, existência de energia elétrica, coleta de lixo), entre outras, serão divulgadas de acordo com o calendário disponibilizado no site do IBGE. ▀

CARTA GEOTÉCNICA: INSTRUMENTO BÁSICO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Por: Carlos Geraldo Luz de Freitas e Ros Mari Zenha – pesquisadores do IPT

A Lei Federal no. 10.257/2001 - mais conhecida como Estatuto da Cidade – estabeleceu a obrigatoriedade de Planos Diretores para municípios com mais de vinte mil habitantes e aqueles integrantes de regiões metropolitanas e aglomerados urbanos. A Constituição do Estado de São Paulo, em seu Artigo 181, Capítulo II, estende essa necessidade para todas as cidades paulistas. A revisão periódica dos Planos Diretores (com vigência máxima de dez anos), além da obrigatoriedade legal, é a oportunidade que as cidades têm de avançar na condução do planejamento e gestão sustentáveis do seu território.

O uso e a ocupação do solo em nossas cidades vêm sendo feitos, cada vez mais, de forma inadequada, desrespeitando as peculiaridades do meio físico, ora criando situações problemáticas por conta de assentamentos precários, ora por políticas públicas de adensamento construtivo que atendem, prioritariamente, à dinâmica do mercado imobiliário de terras urbanas.

A ocupação dos territórios de nossas cidades e regiões metropolitanas devem se basear em critérios que levem em conta a capacidade de suporte do meio físico, impedindo que surjam situações de risco ou adensamentos construtivos que com-

prometam a sustentabilidade do ambiente construído urbano.

A Carta Geotécnica é uma ferramenta fundamental para subsidiar a concepção, implementação e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento, permitindo a expansão urbana adequada, reduzindo o custo socioeconômico na recuperação de áreas degradadas e minimizando impactos provenientes do uso inadequado do espaço urbano, que tanto têm comprometido a qualidade de vida da população.

Cartografia Geotécnica

Dentre os vários instrumentos utilizados pelo homem para orientar suas intervenções no ambiente, tem-se a Carta Geotécnica, que organiza os conhecimentos do meio físico (geo), para subsidiar as decisões sobre o uso e a ocupação do solo (técnica). Desde o início do século 20, essa cartografia foi se desenvolvendo paulatinamente, inicialmente restrita à utilização em obras civis e, posteriormente, destinando-se a outras aplicações, cada qual determinando a proposição de um tipo específico de Carta Geotécnica, tais como as de: planejamento urbano; concepção e legislação; ordenamento territorial mineiro; desenvolvimento

rural; gerenciamento de bacias hidrográficas (aproveitamento múltiplo e controle); escolha de áreas apropriadas para construção de aterro sanitário e pólo industrial; além de tratamento de áreas visando à conservação de serviços ambientais.

Para a finalidade de planejamento e gestão de um município, as cartas geotécnicas, ao apresentarem, de forma organizada, os elementos do meio físico a serem considerados no exercício de planejamento, permitem ao gestor público e às equipes técnicas locais propor cenários de desenvolvimento, estabelecendo pressupostos, ações e metas para o desenvolvimento sustentável do território do município.

A Carta Geotécnica de Planejamento (ideal na escala 1:25.000 mas, eventualmente, em escala menor, até 1:50.000) tem, como toda ação de planejamento, abordagem regional. A partir de sua análise, pode-se constatar a necessidade de detalhamentos posteriores específicos ou de abrangência local (projetos e estudos). A Carta Geotécnica de Planejamento indica, assim, áreas com restrições a determinados tipos de ocupação, ou que necessitam de estudos detalhados para avaliação técnica e estabelecimento de obras e medidas para sua ocupação adequada. É o ►



caso de recomendação para elaboração de cartas geotécnicas de risco, em maior escala (1:5.000), que nada mais são do que produtos cartográficos resultantes da conjugação entre unidades geotécnicas com suscetibilidade a determinados processos do meio físico (deslizamentos, inundação, entre outros) e a sua potencial ocupação, com perigo, pelo ser humano.

Esse instrumento subsidia a tomada de decisão relacionada com a ocupação territorial a partir da análise e tratamento integrado de processos e sua alteração pelo uso do solo pelo homem. Como exemplo, conforme mostrado nas figuras abaixo,

têm-se: processo erosivo (foto 1a); ocorrência de deslizamento de solo e rocha (foto 1b); aumento de áreas inundáveis e seu assoreamento (foto 1c); e ocorrência de subsidência do solo (foto 1d).

Outro dos suportes fundamentais da Carta Geotécnica é estabelecer bases técnicas para a proposição de legislação municipal, estadual e federal (com é o caso dos Planos Diretores).

Cabe aos órgãos municipais, estaduais e federais criar as condições básicas que permitam a elaboração de Cartas Geotécnicas, disponibilizando mapas temáticos em escala apropriada (tais como os de pla-

nialtimetria, de geologia, de drenagem e de uso e ocupação do solo), além de fornecer condições técnicas e financeiras para sua execução, às instituições públicas que podem produzi-los (universidades e institutos públicos de pesquisa).

Cabe, também, aos poderes instituídos e ao Ministério Público (se necessário) a tomada de medidas e ações cobrando sua execução pelos órgãos competentes e, acima de tudo, a exigência de que as diretrizes recomendadas na Carta Geotécnica sejam respeitadas e implantadas, contando com o envolvimento da sociedade civil, principal beneficiária do uso e ocupação inteligentes do espaço de nossas cidades. ▀



1a) Erosão inviabilizando loteamento



1b) Escorregamento destruindo casas e provocando mortes



1c) Inundação com assoreamento



1d) Recalque do solo

Fonte:IPT/Nurg

O Julgamento das Contas das Câmaras Municipais e a Competência Constitucional dos Tribunais de Contas

*Por Sérgio Ciquera Rossi

A Constituição legitimamente outorgada é a maior demonstração que um povo dá de respeito ao Estado de Direito corolário do regime democrático. É dessa Constituição que emana a vontade do povo e onde se escrevem os direitos e garantias dos cidadãos e a preservação do interesse público.

Nenhum dispositivo é insculpido sem que haja na sua literalidade a verdadeira expressão da finalidade a ser alcançada.

Todos esses dispositivos têm justificativa para sua existência e principalmente sustentação para que essas regras estejam em absoluta sintonia com o todo do sistema constitucional exigido, assim é com todas as Instituições, nelas incluídos os Tribunais de Contas.

Muito já se discutiu sobre a verdadeira essência dessa Instituição, se integrante do Poder Judiciário, se pertencente ao Poder Legislativo.

A leitura mais atenta do artigo 44 da Constituição Federal de 1988 assegura que independente da necessidade de integração a um Poder, em verdade o que resta bem definido é que os Tribunais de Contas são os órgãos que prestam auxílio ao Poder Legislativo na missão privativa de controle externo destinado à fiscalização dos recursos públicos na acepção ampla do termo.

É pois, conferida aos Tribunais de Contas a competência de, sem traços ►





de subordinação, amparar o Poder Legislativo na sua tarefa fiscalizatória. É isso que emana do artigo 71 da Constituição Federal.

A partir dessa indubiosa constatação seguem-se as competências pertencentes às Cortes de Contas.

A primeira delas e talvez a de maior relevância refere-se à emissão de Parecer do Chefe do Executivo, seja em âmbito federal, estadual ou municipal.

O parecer emitido pelo Tribunal de Contas – inciso I do artigo 71 – recomendando ao Legislativo correspondente o julgamento de regularidade ou irregularidade das contas anuais do Chefe do Executivo é peça de caráter técnico de inestimável valor à formação do juízo daqueles que são responsáveis pelo julgamento de aludidas contas. Contém esse Parecer incontáveis aspectos sobre a execução orçamentária e financeira, de tal modo e especificamente no que diz respeito ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, esses aspectos vão do equilíbrio entre receitas e despesas, aplicação dos recursos no ensino, na saúde, respeito aos limites de gastos com pessoal, pagamento dos encargos previdenciários, precatórios e outros tantos que no conjunto indicam a qualidade da gestão dos recursos públicos. Portanto, são muitas as determinantes que podem desaconselhar a aprovação das contas.

Contudo, é para as Contas do Executivo e só para o Executivo que a missão do Tribunal se esgota com a emissão do mencionado Parecer. Para as contas dos demais administradores a Constituição Federal manda que os Tribunais de Contas julguem, confira-se no Inciso II do artigo 71 da Constituição Federal.

Nesses administradores estão todos, exceção feita – como já se disse – aos Chefes dos Executivos.

Disso aflora que o Tribunal de Contas julgará as contas dos Chefes dos outros Poderes, ou seja, Legislativo e Judiciário.

Talvez isso bem explique a declaração de inconstitucionalidade que sofreram os artigos 56 e 57 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se é assim, e se é isso que o Supremo Tribunal Federal já decidiu, qual seria a explicação para que determinadas Câmaras Municipais se mobilizassem de tal modo que elas julgassem as próprias contas? De pronto já se vê ofensa ao sistema de freios e contrapeso criados pela Constituição Federal.

Ora, o auto-julgamento de contas viola os princípios da moralidade e imparcialidade e, sobretudo, agride o interesse coletivo de que todos administradores tenham suas contas avaliadas por quem terá a responsabilidade de fiscalizá-las.

A pretensão dessa parcela de legislativos localizados em região do Estado de São Paulo não pode ser considerada das mais nobres. É que ao contrário dos Executivos, as causas de reprovação de contas de Câmaras Municipais – pelo menos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado – não são muitas, mas objetivamente seriam três: a superação dos percentuais de despesas permitidos no artigo 29-A, os gastos excessivos ou impróprios e o mais recorrente: o descumprimento dos limites estabelecidos na fixação de subsídios. Mais recentemente também tem merecido muitos cuidados a desmedida criação de cargos em comissão.

Às Câmaras Municipais a Constituição Federal outorga poderes para, por sua própria e privativa iniciativa, fixar os subsídios de seus vereadores, o que à evidência em nada se confunde com o poder de julgar a legalidade e legitimidade dessa fixação.

Fosse assim e poder-se-ia dizer que o privilégio é atentatório aos interesses coletivos.

Não há na Constituição qualquer Poder ou órgão que detenha essa prerrogativa. A

Constituição do Estado de São Paulo, por exemplo, ao inciso XXVI do artigo 20, diz que cabe à Assembléia Legislativa a apreciação das contas do Tribunal de Contas.

Por essas poucas razões há de se entender que as Câmaras Municipais vão sim continuar tendo suas contas julgadas pelos Tribunais de Contas e nem uma longínqua reforma constitucional chegaria a essa modificação, sob pena de, o fazendo, contrariar o interesse público, bem maior do Estado de Direito e do Regime Democrático. □



*Sérgio Ciquera Rossi é Secretário Diretor Geral do TCE



A Lei de Improbidade e os Abusos na sua Aplicação

Por: Isabela Giglio*

Improbidade administrativa é tema que não sai da moda. E as discussões a seu respeito nunca se esgotam.

Improbidade administrativa é a expressão utilizada para descrever a corrupção pública, o que traduz um desvirtuamento de conduta do agente público no exercício incorreto de sua função, capaz de afastar dos padrões éticos e morais consagrados pela sociedade e pelo ordenamento jurídico.

Há quem defenda, inclusive, que improbidade administrativa é uma espécie de má gestão pública, o que não deixa de ser, já que toda forma de improbidade traduz, necessariamente, uma maneira incompetente de administrar a coisa pública.

A Lei federal nº 8.429/93 (Lei de Improbidade) enumera os tipos de improbidade administrativa. Nela estão incluídas as mais diversas formas de corrupção, praticadas pelo agente público como, por exemplo: pagar com verba pública empregada doméstica prestadora de serviços na residência do agente político; exigir propina para expedir um alvará; utilizar máquinas da Prefeitura para realizar reforma em terreno particular; adquirir, em nome da Prefeitura, produtos com preço superior aos preços de mercado; deixar de realizar procedimento licitatório quando assim exigido pela lei; e por aí vai.

É claro que a Lei de Improbidade veio para bem, na medida em que pretendeu moralizar, principalmente, a gestão pública, tendo se transformado em um dos mais vigorosos instrumentos de repressão à corrupção administrativa, que há muito assola as instituições brasileiras.

Pesquisas já demonstraram que uma

característica muito citada, quando se discute o 'caráter' do brasileiro, diz respeito a nosso suposto amor pela ilegalidade. Há uma espécie de apologia da desconsideração da lei e dos outros, valorizando-se a "vantagem" de passar o outro para trás.

Ora, se assim é, indispensável se torna a existência de um diploma legal rigoroso, capaz de coibir qualquer comportamento que viole os deveres de lealdade, honestidade, retidão de conduta, impostos ao administrador no trato da coisa pública.

No entanto, não é incomum nos daremos com julgamentos excessivamente severos, por meio dos quais se impõe injustamente ao agente político a condenação de toda a sua vida pública.

De fato, condenar o agente político à perda da função pública ou à suspensão dos direitos políticos deve ser medida extrema.

Muitas vezes, o Prefeito ou Vereador, por exemplo, sequer participaram diretamente da prática de determinado ato tido como improbidade, mas acabaram sendo condenados à perda da função pública, em virtude da simples ocupação do cargo.

Isso chama atenção para a necessidade de graduação das penas, de acordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

De fato, a Lei de Improbidade prevê como penalidades, além da perda da função pública e da suspensão dos direitos políticos, o resarcimento integral do dano, a perda dos bens, o pagamento de multa civil, bem como a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Compete ao Judiciário, diante da situação posta, graduar as penas cominadas na Lei segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade, podendo aplicá-las isolada ou cumulativamente.

Para tanto, deve o juiz avaliar o caso concreto, a partir da gravidade da lesão advinda da prática do ato, bem como a vantagem patrimonial obtida pelo agente, para, então, escolher e dosar a pena a ser aplicada.

É preciso muito cuidado com a utilização da Lei de Improbidade, sob pena de se permitir que, injustamente, políticos sejam condenados a abandonar a sua vida pública em razão de conduta que não merecia penalidade tão severa. □



*Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” (isabela@conam.com.br).



Página da História

Por: Carlos Cruz



O então presidente da APM, Gilberto Kassab, discursa na abertura do 1º CBTIM



Homenageamos a memória do Senador Romeu Tuma, nesta foto em conversa com o governador Geraldo Alckmin



Governador Geraldo Alckmin, presidente da APM Gilberto Kassab, ex-presidente Celso Giglio e deputado Rodrigo Garcia fazem visita à área de exposições



Flagrante do presidente da APM, Gilberto Kassab, juntamente com o ex-presidente Celso Giglio, ladeando o governador Geraldo Alckmin

Responde



As respostas às perguntas formuladas por Prefeituras, Câmaras, técnicos e demais entidades vinculadas aos Municípios paulistas, associados da APM, são de responsabilidade do Conselho Técnico da entidade, sob coordenação do dr Antonio Sergio Baptista, advogado, especialista em Direito Público Municipal

P. O docente concursado para empregos distintos, com cargas horárias diferenciadas, pode atuar no mesmo estabelecimento de ensino?

R. Desde que haja compatibilidade de horários e que não seja ultrapassada a jornada de trabalho de 44 horas semanais, a acumulação de dois cargos de professor é permitida pela Constituição Federal, artigo 37, inciso XVI, alínea a.

P. As prorrogações sucessivas

de prazo contratual, até o limite de 60 meses, para os serviços de natureza continuada, podem ser estendidas para os contratos de fornecimento de bens?

R. O pleno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em decisão acostada ao TC 000178/026/06, aprovou, por unanimidade, voto do Cons. Eduardo Bittencourt Carvalho “no sentido de que, após a análise de cada caso particular, poderão ser reconhecidas situações em que há um contexto de fornecimento contínuo, nas quais

poderá haver uma interpretação extensiva do artigo 57, inciso II, da Lei de Licitações, para o fim de ser admitida a prorrogação de prazo prevista naquele dispositivo legal, desde que essas situações sejam devidamente motivadas pela Administração e que sejam atendidas as condições cujos aspectos foram desenvolvidos no corpo do voto ora proferido.” (Leia a íntegra do voto nos endereços: www.asbadvogados.com.br e www.apaulista.org.br)

P. Prefeito Municipal pode ser diretor de empresa privada? ►

R. A vedação constitucional alcança apenas os casos em que a empresa “goza de favor decorrente de contrato com Pessoa Jurídica do Direito Público”, e, nesta hipótese o Prefeito não pode ser nem proprietário, nem controlador ou diretor da empresa e, muito menos, exercer na empresa beneficiada qualquer tipo de função remunerada.

P. Ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão tem direito ao fundo de garantia?

R. O FGTS é um direito constitucional assegurado ao trabalhador urbano e rural. Trabalhadores são vinculados ao regime da CLT. Os cargos em comissão, segundo o texto constitucional, devem ser preenchidos, também, por servidores de carreira que, portanto, não se equiparam a empregados públicos. Em conclusão, entendemos que o ocupante de cargo exclusivamente em comissão não tem direito ao FGTS que, aliás, é direito permanente que não se coaduna com a liberdade de exoneração. ▀



Novo site da APM !

Desenvolvido para melhorar o seu acesso aos nossos serviços e com o visual mais leve, o novo site da APM possui novas tecnologias, informações municipais completas e ferramentas de interação com o internauta. Lançamento oficial no 12º CBTIM.

Acesse: www.apaulista.org.br



AMVAPA completa 12 anos e presidente comenta as conquistas e planos para o desenvolvimento regional

Associação transformou-se em Consórcio Intermunicipal no ano passado, para poder receber recursos dos governos estadual e federal

Por Cristiano Amorim

Fundada em 22 de setembro de 1999, a Associação dos Municípios do Vale do Paranaapanema (AMVAPA) foi criada com objetivo primordial de desenvolver o espírito de solidariedade entre os municípios participantes, estimular e desenvolver movimentos reivindicatórios de caráter regional ou local, junto às autoridades administrativas ou Legislativas do Estado e da União; das autarquias ou empresas de economia mista e privadas.

Ao longo desses anos, a Associação teve grande importância no desenvolvimento da agricultura familiar, com implementação e obtenção do crédito fundiário para formação das associações de produtores

rurais de diversos municípios.

Dentro da política de conseguir melhoramentos aos municípios associados, a nova diretoria pleiteou do governo do Estado verba para aquisição de um kit para tapas buracos e pequenos recapeamentos. O governo do Estado não acenou com a possibilidade de conceder os recursos, desde que fizesse a transformação de associação para consórcio público, para atingir os ditames das leis de Responsabilidade Fiscal e o Tribunal de Contas do Estado.

Transformação em Consórcio

Em 29 de janeiro de 2010, houve a transformação da Associação para Consór-

cio Intermunicipal do Alto Vale do Paranaapanema-AMVAPA, com a finalidade da realização dos interesses comuns dos entes consorciados na implementação de suas múltiplas políticas públicas, a gestão associada, prestação de serviços, assistência técnica, execução de obras, fornecimentos de bens à administração direta e indireta.

Portanto, com a transformação em consórcio, a AMVAPA pode receber recursos dos governos do estado e federal. "Não foi fácil alterar a associação para o consórcio. Contudo, era a única forma de receber recursos públicos e assim foi feito. O consórcio não caminha sozinho, necessita do apoio de todos os municípios e na minha ►



Fotos: Divulgação



gestão conseguimos ampliar o número de municípios associados. É a força que temos para reivindicar mais auxílio dos governos", afirma o presidente da AMVAPA, Freschi Soares, prefeito de Sarutaiá.

Uma grande ação da AMVAPA para o seu desenvolvimento foi a Oficina Municipal, um parceria da Fundação Konrad Adenauer, que promoveu o Seminário Regional sobre Liderança, Trabalho em Equipe e Desenvolvimento, para capacitar os prefeitos e funcionários municipais. No ano de 2010 os prefeitos e algumas primeiras damas participaram do curso de capacitação em administração pública na Alemanha.

Nestes 12 anos, foram diversos trabalhos prestados à região, sempre com o intuito de fomentar o desenvolvimento social e municipal das localidades associadas. "Quando assumi a presidência da AMVAPA, minha meta era desenvolver ações que realmente valorizassem nossa região. No dia-

a-dia enfrentamos muitas dificuldades, contudo, não podemos temer e ficar parados perante os obstáculos", ressalta o prefeito.

Diretoria

Atualmente, a diretoria da AMVAPA é composta por: Isnar Freschi Soares (presidente), José Carlos Tonon (vice-presidente); Marcelino José Biglia (secretário) e Luiz Antonio Cinel (tesoureiro).

O consórcio conta com 18 municípios (Avaré, Angatuba, Barão de Antonina, Cerveira César, Coronel Mamedo, Fartura, Iaras, Itaberá, Itai, Itaporanga, Manduri, Paranapanema, Piraju, Riversul, Sarutaiá, Taquai, Taquarituba e Tejupá), com uma população de aproximadamente 325.000 habitantes.

Eleito por dois mandatos na presidência da AMVAPA, Isnar afirma que o Consórcio é uma casa em construção. "Os municípios que compõem estão passan-



do por sérios problemas financeiros em virtude da má distribuição dos recursos arrecadados. Nossa meta é melhorar a união dos municípios e buscar auxílio dos deputados, senadores e representantes de classes a alteração de quadro. Quanto mais unidos, mais representatividade nós teremos. É desta forma que temos obtidos excelentes resultados". ▀

Câmara Municipal de Indaiatuba

O Poder Legislativo Municipal tem papel decisivo no fortalecimento da democracia no país, uma vez que o trabalho dos vereadores é representar os anseios da população em suas respectivas cidades

Por: Heloisa Pinhatelli da Silva Santaliestra-ACS/CMI



Giuliano Miranda/ACS-CMI

Palácio Votura, sede do Legislativo Municipal, é considerado um cartão de visitas de Indaiatuba

A Câmara Municipal de Indaiatuba é formada por doze vereadores e dirigida por uma Mesa Diretora, composta por presidente, vice-presidente e dois secretários, eleita pelos vereadores a cada dois anos.

A Câmara Municipal tem como função

legislar sobre todos os assuntos constitucionalmente reservados ao Município, fiscalizar e controlar os atos da administração (Poder Executivo) municipal, estando organizada, internamente, através de seu Regimento Interno, obedecendo a Lei Orgânica

do Município de Indaiatuba.

De acordo com seu Regimento Interno, a Câmara se reúne ordinariamente em sessões legislativas semanais, todas as segundas-feiras, às 19 horas. Sessões extraordinárias e solenes são convoca- ►

das sempre que necessário.

As sessões ordinárias e extraordinárias têm duração máxima de quatro horas, podendo ser prorrogadas por tempo determinado e são públicas, salvo deliberação em contrário. Durante as sessões, somente os vereadores poderão permanecer no recinto do Plenário.

As sessões são compostas de três partes: o Expediente, a Ordem do Dia e a Palavra Livre.

O Expediente se destina à leitura e votação da ata da sessão anterior, à leitura das matérias recebidas, à leitura, discussão e votação de pareceres de indicações, requerimentos e moções, à apresentação de proposições pelos vereadores. O Expediente tem a duração máxima de uma hora e trinta minutos.

A Ordem do Dia é a fase da sessão onde serão discutidas e deliberadas as matérias previamente organizadas em pauta. A pauta deverá ser organizada 48 horas antes da sessão podendo, a critério da Presidência, ser incluídas outras proposições.

Terminada a Ordem do Dia, passa-se à Palavra Livre, fase destinada à manifestação dos vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão ou no exercício do mandato.

Os projetos de iniciativa dos vereadores, bem como os de iniciativa do Executivo sem caráter de urgência, deverão ser apreciados no prazo de 180 dias, contados de seu protocolo na Secretaria ou do despacho de recebimento pela Presidência.

As proposições do Executivo com caráter de urgência deverão ser deliberadas em 45 dias.

O Poder Legislativo Municipal tem papel decisivo no fortalecimento da democracia no país, uma vez que o trabalho dos vereadores é representar os anseios da população em suas respectivas cidades.



Uma das primeiras sedes da Câmara de Indaiatuba ficava no centro da Praça Prudente de Moraes

HISTÓRIA DA CÂMARA

Em 1859, através da Lei nº 12, de março do mesmo ano, o município foi levado à categoria de Villa. Entre as exigências dessa lei, estava a obrigatoriedade de se fazer a casa de Câmara. Com isso, em 3 de julho de 1859, aconteceu em Indaiatuba a primeira eleição para vereadores e, em 31 de julho desse mesmo ano, foram empossados sete vereadores.

Outro dado importante é que a Câmara não possuía um prédio próprio e, durante 10 anos, as reuniões aconteciam nas residências dos vereadores. Somente em 1869 foi comprada uma casa na rua das Flores, atual Pedro de Toledo, onde funcionava o Paço Municipal.

Em 1891, a Câmara Municipal de Indaiatuba passou a funcionar em um prédio

construído no centro da Praça Prudente de Moraes, onde ficava também a Cadeia. É importante salientar que, naquela época, o presidente que era eleito entre os vereadores mais votados exercia as funções do Executivo, não existindo o cargo de prefeito.

Em 1964, a Câmara passava a funcionar em um prédio à rua Bernardino de Campos. Somente em 1977 o Legislativo foi transferido para o onde funcionava a Prefeitura Municipal e, em 1983, inaugurou sua própria sede, à rua Humaitá, onde está até hoje. O prédio do Legislativo Municipal recebeu o nome de Palácio Votura e pode ser considerado hoje como um cartão de visitas do município de Indaiatuba. ■

ABRACIRCO: há mais de três décadas promovendo cultura

Presidente da ABRACIRCO busca parceria com as Prefeituras para levar o circo aos municípios paulistas

Por: Daniela Bertoldo

Em 2012, ABRACIRCO – Associação Brasileira do Circo - completa 35 anos de existência, trazendo na bagagem importantes trabalhos culturais e artísticos. É responsável pela coordenação de várias companhias e grupos, levando o circo e outras atrações pelo Brasil afora.

Dentre suas funções, trabalha para defender os interesses da classe circense no âmbito artístico, cultural e político, nas esferas municipais, estaduais e federal. "Nossos representados já se apresentaram em várias cidades do Estado, em lugares como teatros, centros culturais, praças públicas e espaços alternativos", ressalta o presidente da Associação, Camilo Torres.

A ABRACIRCO é encarregada de formular políticas públicas para o circo, integrar a Frente Parlamentar de Cultura na Câmara Federal e representar juridicamente os artistas e donos de circo. "Estabelecemos convênios e parcerias e acompanhamos o registro profissional dos artistas junto ao Sindicato dos Artistas e Ministério do trabalho", explica.

Atualmente, existem cerca de 500 companhias circenses (circos de lona e grupos) no estado de São Paulo, circulando com seus espetáculos. "O circo, no universo cultural nacional, é de uma importância fundamental e precisa ser visto como uma manifestação cultural, na qual se baseia muito em outras manifestações artísticas, como o teatro e a dança, por exemplo", salienta o presidente da ABRACIRCO.

Camilo destaca que a Associação busca parceria das Prefeituras para levar o circo aos municípios paulistas. De acordo com ele, as leis orgânicas municipais deveriam estimar, em suas leis, cláusulas que prevêem a montagem e instalação dos circos em seus terrenos, com infraestrutura básica, como a energia elétrica e abastecimento de água. "Gostaríamos de ter apoio das prefeituras, para que se adéquem às necessidades operacionais dos circos. Seria importante que os prefeitos, através de suas secretarias de cultura, fossem orientados no sentido de receber com respeito e consideração as estruturas de circos de lona". □





Frente de Combate ao Crack vai trabalhar para implementar a criação de conselhos municipais de álcool e drogas nas cidades

Da redação - Marisilda Silva

Daniela Bertoldo



Criar uma rede composta por vereadores de todos os municípios paulistas para atuar em conjunto com a Assembleia Legislativa e trabalhar pela instalação de conselhos municipais de políticas sobre álcool e droga, foram apontadas, em audiência pública realizada dia 21 de setembro, como ações importantes para conter o avanço do uso de crack no Estado de São Paulo, identificado em pesquisa realizada pela Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas.

As ações foram corroboradas pela Associação Paulista de Municípios, representada por seu presidente Marcos Monti, também membro da Confederação Nacional de Municípios (leia mais na página 51) e pela União dos Vereadores do Estado de São Paulo, por meio de seu presidente Sebastião Misiara.

Os representantes dos municípios, assim como o prefeito de Porto Feliz, Cláudio Maffei, destacaram que os governos municipais têm responsabilidade na prevenção

e assistências aos usuários de drogas, mas não podem realizá-la sozinhos, apenas com seus recursos financeiros. "É preciso que o governo do Estado mobilize a Polícia Militar, porque é necessária a repressão ao tráfico; que também a União participe com recursos e projetos e que haja um trabalho coordenado", reivindicou Monti.

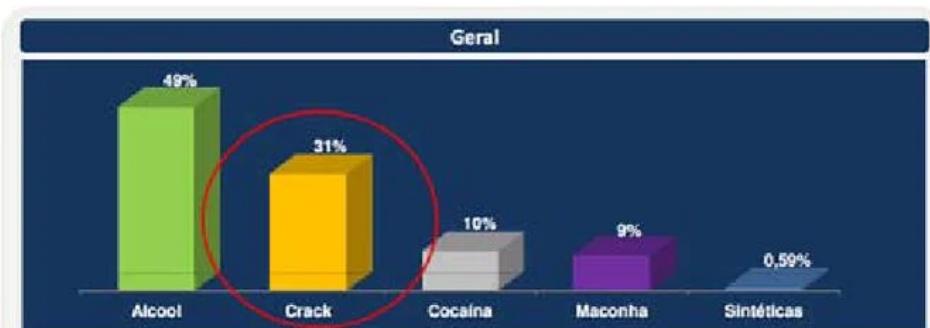
A audiência reuniu deputados estaduais, vereadores de diversas cidades, gestores da saúde e da segurança pública e entidades da sociedade civil para ►

Pesquisa

conhecer e discutir os dados sobre a situação do crack e outras drogas nos municípios paulistas, divulgados pela Frente na terça-feira, 20/9. O levantamento baseou-se nas respostas de 325 municípios a questionário sobre as drogas mais presentes na cidade, faixa etária dos usuários de drogas, quanto a equipamentos de saúde e origem do dinheiro público usado em ações de combate ao uso de drogas, entre outras.

O coordenador da frente, Donisete Braga (PT), reiterou a intenção de reavaliar, periodicamente, a situação das drogas. "Isso vai possibilitar um acompanhamento da situação, verificando aumento, diminuição ou estabilidade no número de dependentes, para a construção de uma política pública eficiente", declarou o parlamentar.

Estiveram presentes na audiência representantes do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (Coned-SP), do Denarc (Departamento Estadual de Investigações Sobre Narcóticos), da Secretaria Estadual de Saúde, da OAB e da Umes (União Munici-



ALERTA

A análise dos dados do levantamento aponta que o CRACK está presente em 31% das respostas, figurando como a droga ILEGAL mais presente nos municípios paulistas no ano de 2010, sendo que apenas o ÁLCOOL (droga lícita) aparece com volume maior de citações (49%).

cipal dos Estudantes Secundaristas). Também participou do encontro o padre Haroldo Rahm, fundador e presidente da Federação Brasileira das Comunidades Terapêuticas. "A presença, nesta audiência, de padre Haroldo, que trabalha há mais de 50 anos com usuários de drogas, é simbólica".

Além de Donisete Braga, participaram da audiência os membros da Frente Ana do Carmo, Enio Tato, Geraldo Cruz, Hamilton Pereira e Marcos Martins, do PT, Jooji Hato (PMDB), Olimpio Gomes (PDT), Afonso Lobato e Regina Gonçalves, do PV, e Edson Ferrarini (PTB). ▀



**AGORA SUA REVISTA MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL
EM VERSÃO ON-LINE. ACESSE:
WWW.APAULISTA.ORG.BR
E TENHA OS MUNICÍPIOS PERTO DE VOCÊ**



“Temos que travar uma guerra de combate ao crack”

Esta foi a declaração do presidente da APM, Marcos Monti, durante audiência pública da Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, realizada na Assembleia Legislativa, no dia 21 de setembro.

Marcos Monti parabenizou os deputados da Frente Parlamentar, afirmando ser de suma importância a união de esforços para que todos consigam sucesso neste combate às drogas. “Temos que unir o governo federal, o governo estadual, as prefeituras e demais autoridades para que juntos consigamos travar uma guerra de combate ao crack e a todo uso de droga”.

Representando a Confederação Nacional de Municípios, Marcos Monti citou alguns dados importantes da pesquisa feita pela CNM (Observatório do Crack), com

520 municípios entrevistados em nosso Estado. Desses, apenas 221 têm uma ação específica no sentido de orientação e prevenção para o combate ao tráfico. “Dos 221 municípios que possuem alguma ação, o fazem com recursos próprios”.

Dos 520 municípios pesquisados, cerca de 80 tem um CAPS – Centro de Apoio Psicossocial. “Temos que aumentar esse número. Os municípios precisam de investimentos e de um trabalho coordenado”, afirma o presidente da APM.

Pesquisa da Frente Parlamentar

A Frente Parlamentar fez um levantamento nos municípios para mapear a intensidade do problema do crack e das drogas no Estado de São Paulo.

A pesquisa foi proposta aos 645 municí-

pios do Estado. Desses, 325 responderam ao questionário, concentrando 76% da população do Estado.

No total de participantes, 12% afirmaram que recebem ajuda financeira do governo federal e outros 5% do governo estadual.

O resultado mostrou a existência de leitos públicos insuficientes para o tratamento hospitalar de dependentes químicos e índice de reincidência superior a 50%.

Também chamou a atenção dos deputados a chegada de drogas sintéticas no interior do Estado. Elas foram citadas por cidades das regiões de Ribeirão Preto (4%), Bauru (3%) e Sorocaba (2%).

A pesquisa apontou, ainda, que o crack avançou nos últimos anos, desbancando as demais drogas ilícitas e atingindo todas as regiões do Estado. □

APM reúne diretoria para debater importantes assuntos

Daniela Bertoldo



A APM promoveu, na manhã do dia 5 de outubro, reunião ordinária da diretoria administrativa, comissão de sindicância, conselhos e presidentes de entidades regionais.

Na pauta, o presidente da APM, Marcos Monti, mobilizou os presentes para o 12º CBTIM – Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Mu-

nícipios, que será realizado entre os dias 24 e 26 de outubro, em Indaiatuba.

Também foi discutido sobre os preparativos para o 56º Congresso Estadual de Municípios. O lançamento do evento, com divulgação da data e do local, será feito durante o 12º CBTIM.

Na ocasião, ficou decidido que a APM fará reuniões preparatórias, com as associações regionais, para debater os assuntos que comporão a Pauta de Reivindicações do 56º Congresso.

Ao longo da reunião, outros assuntos ligados ao movimento municipalista foram abordados: Regulamentação da EC-29 (dos recursos à saúde), distribuição dos royalties e Resolução da ANEEL 414/2010 (haverá uma audiência pública em São Paulo no dia 17 de novembro para debater este assunto).

APM promove 3ª edição do curso Siconv

A APM realizou, dia 5 de outubro, mais uma edição do curso “Sistema de Convênios do Governo Federal – Siconv”, que visa capacitar os gestores e técnicos das prefeituras para que possam manusear o sistema na elaboração de projetos, bem como na prestação de contas. O curso foi ministrado por Thiago Ferrarezi (Matemática e Física) e Odair José da Silva (Economia).

O diretor jurídico do município de Bocaina, Fernando Navarro Tirollo, destaca que o curso foi muito importante, por abordar um tema atual, que está no dia a dia dos municípios. “Principalmente nos municípios de pequeno porte, que é o nosso caso, os convênios são de extrema importância, uma vez que com recurso próprio não conseguiríamos”.

Em sua opinião, a APM poderia promover outros cursos nestas áreas para os técnicos se atualizarem constantemente. “Assim, conseguimos efetuar os convênios e as obras, gerando desenvolvimento para o município”.

A assistente contábil de Nova Odessa, Edna Maria Azenha, achou o curso bom por ser um tema bastante atual. “Agora o sistema está realmente começando a funcionar e isso é importante para as prefeituras manterem os convênios e não serem barradas em nenhum”.

A diretora de gabinete de Pradópolis, Marlene Aparecida Galiasso, destaca que o curso foi de grande valia para o município, já que, hoje, todos os processos vêm

sendo informatizados. “O tema abordado foi muito bom, excelente, veio completar nosso conhecimento. Os palestrantes foram ótimos e atingiu o nosso objetivo”.

O chefe do Departamento de Planejamento e Convênios do município de Itaporanga, Getúlio Guarniere, opina que o curso veio incrementar muitas dúvidas que são encontradas no dia a dia. “O Sistema é bem complexo e faltavam essas informações que pudemos ver no curso”.



Daniela Bertoldo

Carlos Takahashi ministra mais uma edição do curso de Cerimonial Público



Mais uma vez a APM recebeu público expressivo para o curso de Cerimonial promovido na sede da Associação no dia 28 de setembro.

Em sua sexta edição, o curso foi ministrado por Carlos Takahashi, chefe do Ceri-

monial do Gabinete do Prefeito da Cidade de São Paulo.

Takahashi falou sobre protocolo, precedência, cerimonial e organização de eventos, noções de etiqueta, símbolos nacionais, dentre outros assuntos, mostran-

do diversos cases para explicar na prática como funciona.

A assessora administrativa da Câmara Municipal de Gavião Peixoto, Keila de Jesus Leite Najm, achou o curso interessante e bastante proveitoso. "Ele deu novas ideias para a gente que sempre realiza eventos de posse e entregas de título de cidadão".

O assistente de diretor da Prefeitura de Caconde, André Luiz da Rocha Monteiro, afirma que o curso foi muito esclarecedor. "Não trabalho com essa parte de eventos, mas agora provavelmente vou atuar bastante nessa área, graças ao curso".

A assessora de gabinete da presidência da Câmara de Sertãozinho, Silvana Toniello Tahan, salienta que o curso foi muito didático. "O palestrante trabalhou de uma maneira muito interessante, pois não nos fez cansar, apesar da matéria ser muito teórica. Ele colocou o conteúdo de uma forma tranquila e isso ajudou no entendimento", finalizou.

Mobilização Municipalista Nacional

O presidente da APM, Marcos Monti, participou de diversas reuniões e atividades da Mobilização Municipalista Nacional, promovida pela CNM nos dias 13 e 14 de setembro, em Brasília.

No período da manhã, Marcos Monti reuniu-se com o presidente do Senado, José Sarney, para falar sobre a divisão dos royalties do petróleo. À tarde, Marcos Monti e demais representantes de entidades municipalistas reuniram-se com o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, para discutir a votação da regulamentação da Emenda 29 (da Saúde).

A CNM confeccionou um bolo para comemorar, ironicamente, o aniversário de 11 anos de espera dos prefeitos pela regulamentação da Emenda Constitucional 29.

Ainda na agenda de terça-feira, Marcos Monti participou de reunião com a Ministra Ideli Salvatti, das Relações Institucionais. Na ocasião, foi informado que nos próximos dias o Governo Federal vai anunciar Portaria que irá desburocratizar os convênios com municípios até R\$ 1 milhão.



As atividades de quarta, dia 14, começaram logo cedo, com entrevista ao vivo à TV Brasil, gravada em frente ao Congresso Nacional. Ao longo do dia, Marcos Monti participou das demais atividades da Mobilização para debater assuntos de interesse dos municípios.

Avançam as negociações pela redistribuição de royalties de petróleo e gás

A Associação Paulista de Municípios – APM –, juntamente com todo o movimento municipalista, promoveu nos dias 13 e 14 de setembro, em Brasília, uma grande mobilização no Senado para pressionar o Congresso e o Governo Federal pela votação da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 e a apreciação do voto ao artigo que prevê a redistribuição dos royalties de petróleo e gás, a chamada emenda “Ibsen/Simon”.

A proposta do senador Wellington Dias (PT/PI), endossada por prefeitos de todo o País e trabalhada pela equipe técnica da Confederação Nacional de Municípios, é de fácil entendimento e prevê que da arrecadação total dos royalties e participações especiais separe-se o valor que os atuais beneficiários receberam em 2010 e todo o restante seria repartido: 40% para a União, 30% para os Estados e 30% para os Municípios.

Segundo estimativas, em termos de recursos esta proposta resultaria, já em 2012, na destinação de cerca de R\$ 4 bilhões para os municípios, sendo que as cidades amazonenses receberiam aproximadamente R\$ 530,4 milhões.

Na quarta-feira (14), o Governo Federal



apresentou uma nova proposta de entendimento, abrindo mão de 33% de sua participação nos royalties, mas preservando a participação especial. Esta proposta não atende aos interesses do movimento municipalista por dois motivos: destinaria menos recursos aos municípios e manteria a concentração de recursos que a participação especial proporciona a somente dois Esta-

dos e pouco mais de 20 municípios.

Dante deste quadro, a APM afirma que caso não seja possível se chegar a um entendimento, a entidade e todo o movimento municipalista pressionarão deputados federais e senadores para que derrubem o voto e todos os recursos oriundos das plataformas continentais cheguem a todos os brasileiros.

ICMS no celular

mais um serviço aos municípios paulistas:

- Previsão atualizada do ICMS toda segunda-feira;
- Datas dos próximos cursos oferecidos pela APM;
- Confirmação de inscrição e vagas dos cursos;
- Repasses do Governo aos Municípios.



Confira o balanço da Mobilização Municipalista Nacional



A CNM – Confederação Nacional de Municípios – divulgou balanço da Mobilização Municipalista Nacional, realizada nos dias 13 e 14 de setembro, em Brasília.

O levantamento apresenta dados, gráficos e importantes informações sobre finanças, evolução do FPM, agravamento da crise, outras transferências (ICMS, IPVA, Leis Kandir, IPI, ITR e IOF), royalties do petróleo e gás, legislações concentradoras e comparativos das arrecadações com royalties dos estados e municípios.

Também traz discussões sobre a regulamentação da Emenda 29 (financiamento da Saúde), Observatório do Crack, Resolução 414 da ANEEL, Portaria Interministerial 127/2008 (que regula os convênios, contratos de repasse e termos de cooperação), recursos administrativos do IBGE quanto à estimativa populacional, decreto 7507 sobre movimentação dos recursos federais e também dados sobre educação (FUNDEB). Todas essas informações podem ser encontradas em nosso site www.apaulista.org.br (downloads).

Tribunal de Contas estará presente no 12º CBTIM

O presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o Conselheiro Claudio Ferraz de Alvarenga, recebeu em audiência o presidente da APM, Marcos Monti, e o presidente do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, Antonio Sergio Baptista, no dia 20 de setembro.

Marcos Monti foi entregar o convite do 12º CBTIM (Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios) para que o Tribunal de Contas participe dos debates, com o envio de técnicos.

O presidente do TCE confirmou a pre-

sença de dois técnicos: um ministrará palestra sobre o Projeto Audesp e o outro abordará os novos procedimentos de TI existentes.

O CBTIM tem como objetivo mostrar as soluções e novas ferramentas em TI para a modernização e aperfeiçoamento da administração pública municipal. Este ano, o evento ocorrerá entre os dias 24 e 26 de outubro, na cidade de Indaiatuba.

Em todos os anos, o Tribunal de Contas marca presença nos eventos da APM, sendo um importante parceiro.



Programa Tribuna Independente traz assuntos de interesse dos municípios

Desenvolvimento dos Municípios foi o tema abordado no programa Tribuna Independente, da Rede Vida, exibido no dia 19 de setembro.

O presidente da APM, Marcos Monti, foi um dos entrevistados, ao lado do presidente do Banco de Desenvolvimento/Nossa Caixa, Milton Luiz de Melo Santos, e do deputado Itamar Borges.

Com apresentação de Sebastião Mi-siara, o programa abordou assuntos como linhas de financiamentos, linhas de crédito

para modernização tecnológica e outros temas de interesse dos municípios.

Marcos Monti divulgou o 12º CBTIM - Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios-, que ocorrerá entre os dias 24 e 26 de outubro, em Indaiatuba.

Ao final do programa, o presidente da APM agradeceu a participação e destacou que o trabalho da Nossa Caixa é de suma importância para gerar emprego e facilitar o acesso ao crédito.



Curso sobre as mudanças na iluminação pública orienta os municípios



Mais de 50 pessoas, representando cerca de 40 municípios, participaram do curso “Mudanças para os municípios, relativas à Iluminação Pública, com a entrada em vigor da Resolução nº 414/2010 da ANEEL”.

O curso ocorreu na sede da Associação, dia 3 de agosto, sendo ministrado por Sergio Francisco de Angelo Filho, engenheiro especialista em produtos e projetos para iluminação e Walter Pinheiro, doutor em Engenharia Elétrica, na área de envelhecimento de materiais dielétricos. O debate foi

mediado por José Zanello.

A abertura foi feita pelo presidente da APM, Marcos Monti, que explicou a importância deste curso e falou sobre o Projeto de Decreto Legislativo 311/2011, que dispõe sobre a sustação do art. 218 da Resolução Normativa 414/2010 da ANEEL.

Saldo positivo

Ricardo Magueta, de uma empresa especializada em iluminação pública que atua no município de Peruíbe, destaca

que o curso foi muito útil para posicionar aos municípios essa grande mudança da legislação. “Eles não estão preparados e está chegando o prazo. Terão que achar os caminhos para trabalhar com isso. Acredito que o curso promovido pela APM foi fundamental e oportunidade”.

Paulo de Souza Guerra, engenheiro civil de Tupã, enfatiza que os participantes receberam boas instruções principalmente na parte das manutenções, usos dos materiais. “Foi bastante esclarecedor”.

Luiz Carlos Sartori, diretor administrativo da Prefeitura de São João da Boa Vista, acredita que o curso foi bastante interessante e esclarecedor. “Temos que começar a buscar alternativas, pois o tempo está se aproximando”.

Antonio Fiais, vereador de Quatá, opina que foi uma rica troca de experiências. “O curso foi muito importante e bastante interessante. Em Quatá passamos agora o serviço para o município. Expliquei como funciona para quem quiser fazer igual”.

APM promove novo debate sobre Resolução da Aneel

A segunda edição do curso “Mudanças para os municípios relativas à Iluminação Pública”, realizada dia 31 de agosto, também foi sucesso de público. O auditório esteve lotado de técnicos, secretários, diretores e outros profissionais que vieram se atualizar quanto à Resolução nº 414/2010 da Aneel.

Após explanação técnica feita pelos palestrantes, o presidente da APM, Marcos Monti, falou sobre a parte política, explicando o que a APM está fazendo em prol dos municípios para tentar reverter esta situação da iluminação pública. “Para nós é motivo de satisfação recebê-los em nossa entidade. Um dos objetivos é procurar esclarecer e trazer à tona essa problemática das novas imposições que os municípios enfrentam no dia a dia, como, por exemplo, o caso da iluminação”.

Depoimentos

O público ficou bastante satisfeito com o conteúdo abordado. A diretora do Departamento Administrativo do município de Pedro de Toledo, Marisa Gomes, destacou que o curso foi muito importante para pas-



sar aos municípios o que eles terão que fazer daqui pra frente. “Como meu município é pequeno, vamos ter sérios trabalhos para nos adequar a essa nova resolução. É uma responsabilidade grande e a falta de profissional do Vale do Ribeira é demais; não vamos ter profissionais qualificados”.

O secretário executivo do COMAM (Consórcio de Municípios da Alta Mogiana), Edson Avalos, parabenizou a APM pela iniciativa. “Temos que discutir o que é bom para os municípios; falo em nome dos 30 municípios da Alta Mogiana. O presidente

da APM já está fazendo um movimento para que nossos deputados briguem pela gente. Essa resolução da Aneel é pesada para os municípios. Município pequeno vai sofrer muito e é aí que contamos com o apoio das entidades como a APM”.

O diretor elétrico do município de Jaú, Cláudio José Pereira, salientou que o curso foi excelente. “Tenho 35 anos de profissão e o curso serviu de base para agregarmos conhecimento. Foi muito importante para nós. Com a mudança, vamos ter que ver o custo disso e como vai funcionar”.

Decreto que regulamenta movimentação financeira de recursos federais entra em vigor

Entrou em vigor dia 27 de agosto, o Decreto Presidencial 7.507/2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos financeiros do Governo Federal, repassados ao Distrito Federal, Estados e Municípios.

Este Decreto regulamenta a forma como Estados e Municípios devem realizar as movimentações financeiras de programas federais.

Pelo texto, todos os recursos federais de alguns programas nas áreas de educação, saúde e assistência social devem permanecer no banco oficial federal e toda movimentação deverá ser feita dentro do banco,

inclusive pagamentos de fornecedores e de prestadores de serviços.

Existem apenas cinco bancos oficiais federais (BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste). Destes, somente o BNDES não possui agências abertas ao público.

No Estado de São Paulo, dos 645 municípios, 489 possuem algumas destas agências e 189 não possuem nenhuma das instituições bancárias oficiais federais em suas sedes.

O presidente da APM, Marcos Monti,

alerta que esses municípios que não possuem contas bancárias terão que se dirigir a outra cidade para sacar seus pagamentos. “Nossa preocupação é de que forma serão feitos os pagamentos dos inúmeros prestadores de serviços que recebem pequenos valores pelas prefeituras”, afirma Marcos Monti.

Por esta razão, a APM entrou em contato com a Presidência da República para que uma agência bancária destas instituições seja colocada em cada uma das cidades paulistas, para evitar grandes problemas na execução deste decreto.

Diretoria da APM recebe empresa espanhola

Os diretores da empresa espanhola NovaSoft, que presta serviços de TI para diferentes órgãos públicos, foram recebidos pelo presidente da APM Marcos Monti e pelo secretário geral Aquevirque Nholla, dia 24 de agosto.

O objetivo foi apresentar à APM uma proposta de parceria para que seja elaborado um plano de implantação da Quanam – NovaSoft no Brasil.

Eles aproveitaram para conhecer a Associação e os trabalhos realizados por ela em prol dos municípios paulistas e conversaram sobre o 12º CBTIM – Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios-, que será promovido entre os dias 24 e 26 de outubro, na cidade de Indaiatuba.



Daniela Bertoldo

Presidente da APM prestigia lançamento do Plano Brasil sem Miséria no Sudeste

O presidente da APM, Marcos Monti, participou da assinatura do Plano Brasil Sem Miséria da Região Sudeste, no Palácio dos Bandeirantes, dia 18 de agosto, com a presença da presidente Dilma Rousseff, dos governadores Geraldo Alckmin, Sergio Cabral, Renato Casagrande, Antonio Anastasia e demais autoridades.

A presidente Dilma abriu seu pronunciamento cumprimentando os presidentes das associações municipais. “Agradeço o Marcos Monti, da Associação Paulista de Municípios; Vicente Guedes, da Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro; Gilson Antônio de Sales Amaro, da Associação dos Municípios do Espírito Santo; e Ângelo Roncalli, da Associação dos Municípios das minhas Minas Gerais”.

Na ocasião, o governo brasileiro assi-

nou um termo de compromisso com os governadores dos estados do Sudeste para superação da miséria na região.

Inicialmente serão contempladas 100 cidades paulistas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), segundo o governo do Estado de São Paulo.

O programa será expandido para mais municípios nos anos seguintes. As medidas beneficiarão cerca de 300 mil famílias em todo o Estado, o que corresponde a aproximadamente um milhão de pessoas, cuja renda não alcança R\$ 70 per capita



mensais. O Renda Cidadã, o atual programa de transferência de renda do Governo do Estado, atende cerca de 161 mil famílias cuja renda mensal per capita é de até meio salário mínimo, com um apoio financeiro de R\$ 80.

Entidades municipalistas participam de reunião da CNM

A CNM – Confederação Nacional de Municípios – promoveu reunião com entidades municipalistas estaduais e regionais, em Brasília, no dia 23 de agosto.

O presidente da APM, Marcos Monti, participou deste evento, que discutiu providências urgentes relativas à organização das entidades que integram o Movimento Municipalista Brasileiro para enfrentar os apontamentos dos Tribunais de Contas e do Ministério Público.

Após o almoço, Marcos Monti tem au-



diênciamarcada com Gilmar Dominicci, assessor da Subchefia de Assuntos Federa-
tratar do 12º CBTIM (Congresso Brasileiro
dos da Secretaria de Relações Institu-
cionalis da Presidência da República, para

da Tecnologia da Informação para os Munici-
piários), que ocorre de 24 a 26 de outubro,
na cidade de Indaiatuba.

V Congresso da AMA tem saldo positivo

Diversos temas ligados ao municipalismo foram discutidos durante o V Congresso da AMA - Associação dos Municípios da Araraquarense, realizado em agosto, no município de São José do Rio Preto.

O presidente da APM, Marcos Monti, participou da solenidade de abertura, ao lado do presidente da entidade, o prefeito Alberto César de Caires, do chefe da Casa Civil, Sidney Beraldo e de lideranças políticas do Estado.

Caires falou sobre a união dos municípios e ressaltou que, com a interação dos prefeitos em prol da região, as reivindicações serão atendidas. Na ocasião, enfatizou a parceria firmada com a APM, afirmando que gerou resultados positivos.

O presidente da APM salientou a importância desta união, dizendo que os municípios têm poder juntos. "Juntos com certeza vamos fazer valer nossas reivindicações e nossos anseios".

O chefe da Casa Civil destacou a integração dos municípios desta região e a evolução da Secretaria de Planejamento para Secretaria com a agregação do Desenvolvimento. Também anunciou que o governador Geraldo Alckmin autorizou a liberação de todas as emendas parlamentares solicitadas pelos deputados e prefeitos da região.



Reunião com membros da diretoria

A diretoria administrativa, comissão de sindicância, conselhos deliberativo e fiscal da APM participaram de reunião ordinária na sede da entidade, dia 20 de julho.

O presidente da APM, Marcos Monti, fez um balanço do 55º Congresso Estadual de Municípios, ocorrido no mês de abril, em São Vicente, e falou das propostas para a 56ª edição.

Na oportunidade, apresentou algumas definições para o 12º CBTIM (Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios), que será realizado de 24 a 26 de outubro, em Indaiatuba.

O diretor da APM, Carlos Cruz, falou sobre os conselhos que a Associação tem assento representando os municípios de São Paulo, como, por exemplo, o da ARSESP

– Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.

Uma nova reunião será marcada com a diretoria e presidentes de entidades re-

gionais para finalizar os detalhes do CBTIM e discutir os preparativos do próximo Congresso.

Daniela Bertoldo



Presidente da APM participa de debate ao lado do chefe da Casa Civil

Divulgação



O presidente da APM, Marcos Monti, participou ao vivo do programa Tribuna Independente, da Rede Vida de Televisão, no dia 11 de julho. Também foram convidados o secretário chefe da Casa Civil de São Paulo, Sidney Beraldo e o jornalista da TV Assembleia,

Ricardo Nonato.

Novo modelo de governança pública, Pacto Federativo, atribuições da Casa Civil e seu relacionamento com o poder legislativo estadual e os municípios, investimentos programados pelo governo, regiões metropolitanas e valorização dos servidores foram alguns dos assuntos abordados.

Fundação Abrinq promove Seminário Nacional

Cerca de 600 pessoas, entre representantes do governo, de organizações e da sociedade civil em geral, participaram do Seminário Nacional “Um Município para as Crianças: Avanços e Desafios para a Garantia de Direitos”, promovido pelo Programa Prefeito Amigo da Criança, entre os dias 13 e 15 de julho, no Teatro Gazeta/SP.

O Seminário teve apoio da APM – Associação Paulista de Municípios. Na ocasião, foram discutidos temas relacionados

aos eixos de Saúde, Educação e Proteção, abordados pelo Programa Prefeito Amigo da Criança.

O ponto de destaque do encontro, que buscou contribuir para o fortalecimento da gestão municipal e discutir estratégias para o aprimoramento das políticas em benefício de crianças e adolescentes, foi o protagonismo juvenil, ressaltado em todos os painéis do evento.



3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres ocorre em São Paulo

A 3ª Conferência de Políticas para as Mulheres do Estado de São Paulo realizou-se entre os dias 8 a 11 de outubro, no ExpoCenter Norte, organizada pelo Conselho Estadual da Condicão Feminina (CECF), presidido pela Dra. Rosmary Correa (Delegada Rose), Assessora Parlamentar da Casa Civil do Governo do Estado.

A Conferência contou com a presença da Ministra Iriny Lopes da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, da Dra. Eloísa Arruda, Secretária Estadual da Justiça, das Deputadas Federais Luiza Erundina e Janete Pietá, das Deputadas Estaduais Lecy Brandão e Ana Perugini e com cerca de 1.200 mulheres vindas de todo o Estado, de Conselhos Municipais e do Estadual, de movimentos sociais, de Delegacias de Defesa da Mulher, de Coordenadorias Municipais da Mulher, de Casa Abrigo, de ONGs, de Centrais Sindiciais e de demais interessadas.

Foram discutidos vários assuntos di-

vididos em dez eixos, como a saúde, a educação, a violência, o trabalho e a Mulher e o Poder.

No painel da Mulher e o Poder, propostas foram aprovadas para a efetiva participação da Mulher nas esferas de poder, sendo considerada muito importante uma reforma po-

lítica que respeite os direitos das mulheres que já atingem 52% da população brasileira, seu direito à igualdade de oportunidades e a necessidade de seu empoderamento. Nesse painel, a Presidenta do Conselho Deliberativo da APM, Marilene Mariottini, membro do Conselho Estadual da Condicão Feminina, participou como Relatadora.

As propostas aprovadas em Plenário serão enviadas à 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para



as Mulheres que ocorrerá em Brasília, de 12 a 14 de dezembro deste ano.

Convocada pelo Decreto Presidencial de 15 de março de 2011, a 3ª Conferência tem como objetivo discutir e elaborar políticas públicas voltadas à construção da igualdade, tendo como perspectiva o fortalecimento da autonomia econômica, cultural e política das mulheres, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para o exercício da cidadania das mulheres no Brasil.

Segunda edição do curso Siconv lota auditório da APM

Mais de 40 pessoas de diferentes municípios do estado de São Paulo estiveram presentes no curso "Sistema de Convênios do Governo Federal – Siconv", promovido pela APM nos dias 18 e 19 de maio.

O curso visa capacitar os gestores e técnicos das prefeituras do interior para que possam manusear o sistema na elaboração de projetos, bem como na prestação de contas.

A abertura foi feita pelo secretário geral da APM, Aquevirque Nholla, que falou um pouco sobre o trabalho da entidade.

A Assessora de gabinete e encarregada da formalização de convênios da Prefeitura de Adamantina, Luciana Pereira Fernandes, gostou do curso, afirmando que os

palestrantes deram várias dicas e "maceetes", facilitando o dia a dia de quem utiliza o sistema. "Eles deram o detalhe que faltava para nós que estamos acostumados a lidar com o sistema".

Luciana parabenizou a APM pela realização de cursos de capacitação, afirmado que virá nos próximos. "A estrutura é ótima, o atendimento excelente mesmo e a gente fica esperando o próximo convite".

A escriturária de Secretaria de Trabalho e Renda de Piracicaba, Mariana Camargo, destacou que o curso foi

muito produtivo. "Não conhecíamos o sistema e com certeza vamos precisar. Foi bom porque passamos a ter uma noção de como funciona e quais os requisitos do Convênio Federal; isso será muito produtivo daqui pra frente".



O Rubinho de Santa Rita

Por: Cláudio Manesco

Deliciosa a história que me contaram e que se passou na simpática (não a conheço, mas é essa a imagem que tenho) Santa Rita do Passa Quatro, terra que nos deu Zequinha de Abreu e vários amigos meus.

Os anos eram de chumbo, dois partidos apenas e sublegendas. Na eleição para prefeito de Santa Rita, a Arena lançara candidato único e a oposição não conseguira sequer arranjar candidato.

O escolhido, renomado jurista Santaritense, era daqueles personagens machadianos com rigor extremo ao usar a norma culta da língua, acentuado por termos jurídicos muito distantes da linguagem do dia a dia do homem comum.

O Dr. Fulano (assim o chamarei para não ferir suscetibilidades) já se via prefeito da

cidade. Afinal, apenas uma tragédia – sua morte ou a improvável variável de perder para a somatória de votos nulos e brancos – poderia evitar sua eleição e posse.

Não é que a tragédia – para ele, é claro – foi consumada. Os eleitores castigaram sua distância, seu ego e seu proselitismo. Os incultos – tão solememente ignorados pelo Dr. Fulano – deram o troco e a soma de nulos e brancos anulou a eleição. Outra foi convocada e o Dr. Fulano perdeu de novo.

Baixe-se o pano. Voltemos para anos mais tarde numa banal discussão em torno de uma mesa de bar. O mesmo Dr. Fulano, lá pelas tantas, tentou desqualificar o avô de um dos meus amigos de Santa Rita. Para tanto usou novamente seu portu-

guês culto eivado de termos jurídicos. Em resumo chamou seu interlocutor de ignorante e outras coisas mais. E novamente levou o troco:

- Dr. Fulano, guarde seu palavreado rebuscado para você. Isso de nada me vale. Você para mim e para o povo de Santa Rita será sempre aquele que correu sozinho e chegou em segundo. ▀



AES BRASIL, FAZENDO A DIFERENÇA NA VIDA DE MAIS DE 7 MILHÕES DE CLIENTES.



A AES Brasil atua nos negócios de distribuição e geração de energia, empregando inovação no seu dia a dia e primando pela excelência na gestão e transparência na governança corporativa. Tudo para atender seus mais de 7 milhões de clientes nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul com qualidade e segurança. São as atitudes e o comprometimento de nossos colaboradores que fazem a diferença na vida de todos aqueles que atendemos.

 **AES Brasil**

AES Maropan
AES Sul
AES Tocá
AES Uruguai